

# Mátria amada

A humanidade só tem a ganhar ao incluir a mulher, de modo igualitário, na vida social, familiar, política e sexual

Diretoria CNTE

**M**átria. Complemento e antítese de pátria. Pátria, de pai; mátria, de mãe. Pátria da moeda e da espada; mátria da inclusão e da igualdade. Este é o verdadeiro sentido da luta da mulher pela igualdade de direitos. Fazer com que o mundo seja um lugar onde, como no coração de uma mãe, todos tenham espaço, vez, voz e sejam tratados com justiça e igualdade de oportunidades.

Direitos já assegurados, embora, não raro, ameaçados, como a licença-maternidade, são avanços importantes nessa luta milenar, mas são apenas a ponta de um iceberg cuja maior parte permanece oculta sob as águas geladas da intolerância, do sexismo e da desigualdade. A meta final é, mais do que garantir direitos compensatórios pontuais, mudar o mundo e fazer dele um lugar onde o senso de justiça entre os gêneros seja prática comum, óbvia, por estar dentro do coração das pessoas.

Uma piada bastante popular entre adolescentes diz que “mãe é tudo igual, só muda de endereço”. Há uma certa verdade nisso: o reconhecimento de que os valores identificados como “maternais” são universais. Se assim são, então o destino da humanidade só tem a ganhar na medida em que incluir a participação da mulher, de modo igualitário, na vida social, familiar, política e sexual.

Não repudiamos nossa feminilidade, nossa sexualidade, nem nossas diferenças; de fato, as acentuamos como marca de nossa identidade e condição. Mas, para muito além da biologia e da anatomia, somos seres sociais, vítimas de uma história que nos delegou, ao longo de milênios, um papel menor na condução dos destinos de nossos povos. É isso que repudiamos. É isso que queremos mudar. Para alcançarmos esse objetivo, precisamos trabalhar diligentemente para detectar, com sobriedade, todas as áreas onde o sexismo e o preconceito em geral continuam atuando; seja no mercado de trabalho, nas relações familiares ou na linguagem.



Esta revista, uma publicação anual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), tem dupla função: informativa e educativa. Desta vez, procuramos dar um caráter jornalístico à peça, a fim de aproximá-la da realidade de um público que não circula nos espaços de engajamento político; ao mesmo tempo em que mantivemos a vertente acadêmica tradicional, de modo a permitir que os dados factuais possam ser analisados à luz do pensamento feminista moderno.

Também oferecemos sugestões de atividades a serem desenvolvidas na comunidade, na escola, no sindicato etc., com o objetivo de estimular o debate a partir de um cruzamento entre as experiências individuais e as informações aqui relatadas. É importante ressaltar, ainda, que a revista não é voltada exclusivamente para o público feminino. Pelo contrário, assim como o “coração de mãe”, ao qual nos referimos no início deste editorial, ela deve circular em todas os ambientes, para todos os leitores, de todas as idades.

# Participação política das mulheres é cada vez maior

Apesar de a representação feminina no governo ser a maior de todos os tempos, elas ainda estão longe do centro das decisões

O ano da campanha eleitoral que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República poderá vir a ser lembrado como o ano em que as mulheres, finalmente, “saíram do armário” na cena política brasileira. Afinal, quem não se lembra de Roseana Sarney quase roubar a cena de tucanos e petistas, antes mesmo de a campanha oficial ter início? E depois de a louríssima Rita Camata ser escolhida como a vice da chapa tucana, por obra e graça de publicitários que garantiram ser a receita tiro e queda para obter o voto feminino? Para completar, a campanha para o governo do Estado do Rio de Janeiro projetou, para o cenário nacional, uma disputa, até então inédita no país: duas mulheres – Benedita da Silva e Solange Amaral – contra apenas um homem, Jorge Roberto Silveira, que perderam o posto para Rosinha.

Depois de tanta novidade, a grande imprensa se derrama em elogios ao recém-montado ministério petista: pela primeira vez em nossa história, quatro mulheres ganham o título de ministras.

Benedita da Silva, Dilma Roussef, Emília Fernandes e Marina Silva formam o maior contingente feminino já visto num primeiro escalão brasileiro. Os movimentos feministas – a despeito de estarem, é claro, muito contentes por vê-las lá – no entanto, estão longe de se sentir legitimamente representados junto às instâncias que decidem os rumos do país, ou seja, as que detêm o poder. Os números falam por si. Se temos quatro mulheres, o restante do ministério é composto por nada menos que 30 homens. A mesma desproporção acompanha a composição dos novos governos estaduais, de assembleias legislativas e do Congresso Nacional. São 27 as unidades da federação e apenas duas governadoras – Rosinha e Vilma Faria (RN) – e seis vice-governadoras. No Congresso, a desigualdade

## Exemplo de luta

Alagoana de origem judaica, Clara Charf é, aos 77 anos e 57 de militância política, um ícone do movimento das mulheres.

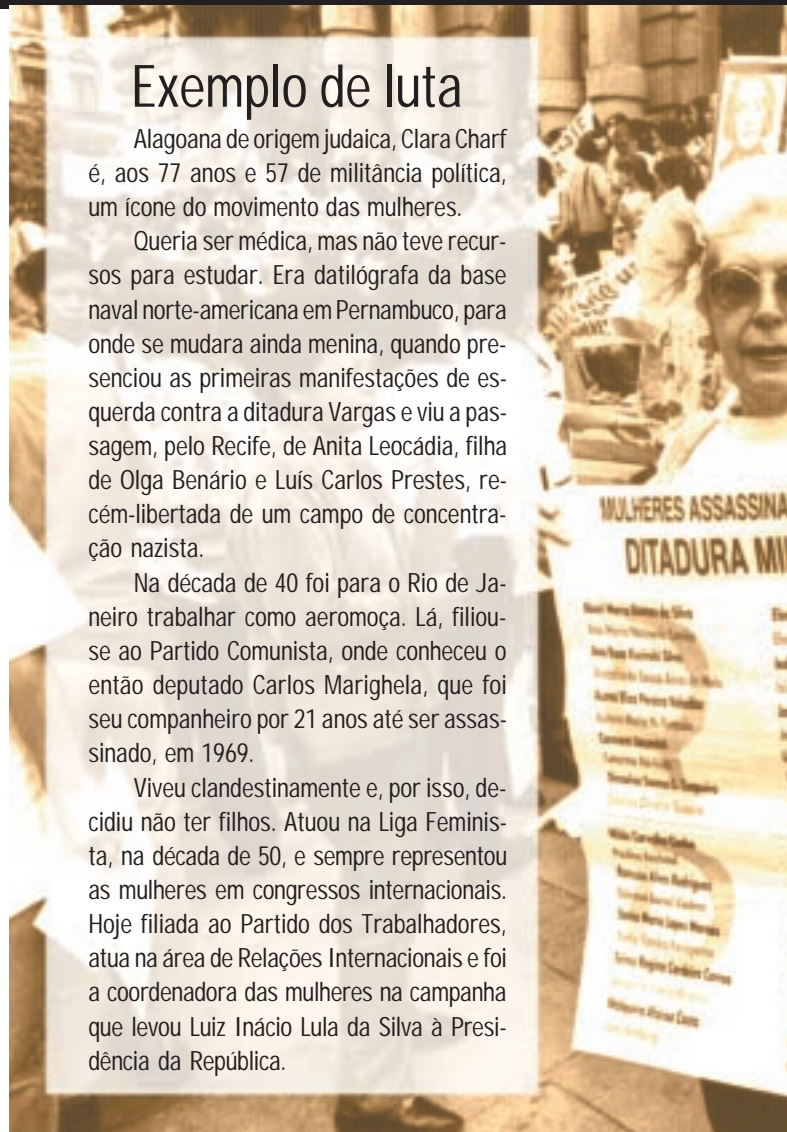
Queria ser médica, mas não teve recursos para estudar. Era datilógrafa da base naval norte-americana em Pernambuco, para onde se mudara ainda menina, quando presenciou as primeiras manifestações de esquerda contra a ditadura Vargas e viu a passagem, pelo Recife, de Anita Leocádia, filha de Olga Benário e Luís Carlos Prestes, recém-libertada de um campo de concentração nazista.

Na década de 40 foi para o Rio de Janeiro trabalhar como aeromoça. Lá, filiou-se ao Partido Comunista, onde conheceu o então deputado Carlos Marighela, que foi seu companheiro por 21 anos até ser assassinado, em 1969.

Viveu clandestinamente e, por isso, decidiu não ter filhos. Atuou na Liga Feminista, na década de 50, e sempre representou as mulheres em congressos internacionais. Hoje filiada ao Partido dos Trabalhadores, atua na área de Relações Internacionais e foi a coordenadora das mulheres na campanha que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

também é assustadora. Embora o número de mulheres eleitas tenha crescido 45% em relação à última legislatura, as 42 deputadas federais, que começaram a trabalhar em fevereiro, hoje representam, apenas, 8,2% das 513 cadeiras existentes na casa, previamente ocupadas por 5,6% de mulheres. Igual aumento e mesma desproporção também permanecem nas assembleias legislativas dos estados e câmara do Distrito Federal: juntas, há 133 mulheres ocupando suas cadeiras, o que equivale a 12,5% do total de 1.059 lugares, antes ocupados por 10% de mulheres, o que leva as feministas brasileiras a concluir – depois da festa – que o território da política é ainda um reduto masculino.

Tal fato é preocupante, pois coloca nossa suada democracia contra a parede. Afinal, a base que sustenta todo o movimento feminista é a tese de que “sem participação política das mulheres não existe democracia”, lembra a socióloga Almira Rodrigues, 49 anos, diretora-colegiada da organização não-







Clara Charf participa, em março de 94, de caminhada, pelo centro de São Paulo, em protesto pelo assassinato de mulheres durante a ditadura militar

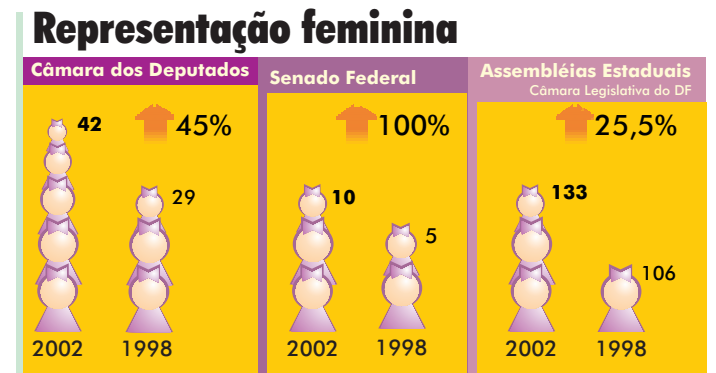
Almira, a aprovação, pelo parlamento, de um dos itens mais polêmicos da reforma política que está por vir: o financiamento público de campanhas.

Do alto de seus 77 anos e 57 anos de militância política, a ativista Clara Charf, coordenadora do núcleo de mulheres da campanha de Lula, faz eco ao lamento de Almira, e acrescenta:



Na Câmara Municipal de São Paulo, vereadora Aldaiza Spozati (PT) entrega à Clara Charf, representando a mulher idosa, placa em homenagem a sua atuação na luta pelos direitos das mulheres

“é claro que mudou a correlação de forças, mas espero que ele (Lula) ainda indique outras mulheres”. O trabalho, no entanto, continuará nas mãos das próprias mulheres e Clara é bastante otimista. “Ninguém doa a luta de ninguém, mas tenho certeza de que vamos nos sair bem. O Brasil tem muitas marinas, beneditas, dilmãs e emílias, nosso histórico de lutas de mulheres é heróico”, diz a ativista, para quem as principais trincheiras dos próximos anos devem ser o combate à violência contra a mulher e o investimento em sua saúde e formação educacional, que deveria vir junto ao projeto Fome Zero. “Para poder ascender, também, a mulher tem que elevar seu nível cultural, ter garantias de saúde, para poder se preparar melhor para ser essa pessoa igual na direção dos destinos do país”.



governamental Cfemea, responsável pela compilação dos dados aqui apresentados. “Mudar a história de exclusão das mulheres é difícil, não se consegue da noite para o dia”, reconhece Almira, pontuando que, se o direito de voto já soma pouco mais de sete décadas, a luta da mulher para sair da condição de eleitora a eleita enquanto grito social, é bem mais recente; dos anos 90, quando se regulamentou os direitos conquistados na Constituição de 1988.

Defensora da política de cotas por gênero nas vagas de candidatos dos partidos – que ainda não pegou, diga-se de passagem, Almira sabe que ela é apenas um dos caminhos. A saída está dentro dos próprios partidos, na medida em que tomem atitudes como a ampliação da participação de mulheres em suas diretorias, financiem cursos e campanhas publicitárias sobre a importância da participação política das mulheres. Outra iniciativa considerada essencial para que mais mulheres consigam entrar na política seria, segundo

# As mulheres como protagonistas de sua história

Eline Jonas\*

**A** história de resistência e luta das mulheres consolidou a igualdade de direitos e continua ampliando, dia-a-dia, o movimento pela igualdade na vida, nos novos espaços que vão sendo conquistados.

Esse processo de caráter democrático, que se manifestou na luta pelas questões sociais mais gerais, interessou e continua interessando às mulheres, mesmo porque, em nossa sociedade, a superação da discriminação social e da opressão de classe.

A história demonstra que as primeiras conquistas, específicas das mulheres, se deram não só por meio da luta pela igualdade legal e contra as restrições dos seus direitos, mas também por meio da luta pela eliminação das barreiras que lhes impediam o desenvolvimento como pessoas. E, se assim foi, é porque aspiravam à substituição da dupla moral por um só valor e exigiam o direito ao voto, ao sufrágio universal, ao acesso à educação formal e à formação profissional.

Ao longo do tempo, a experiência demonstrou à sociedade e, em particular, às mulheres que, em qualquer situação e desde que tenham oportunidades, a capacidade de desempenho delas é igual a dos homens. Por isso, do ponto de vista político, a democracia e a liberdade interessam tanto às mulheres cidadãs.

Muitas de suas conquistas resultaram de ampla participação popular, própria do exercício democrático, e possibilitaram que muitas das questões consideradas antes de caráter privado e pessoal, de responsabilidade exclusiva das mulheres, pudessem ser assumidas pelo Estado, como caráter social e, portanto, entendidas como de responsabilidade pública. Esse foi o caso, por exemplo, das questões relativas à maternidade, à paternidade, aos direitos da criança, à saúde e à violência contra a mulher.

A participação das mulheres no mundo do trabalho lhes impõe, também, sua presença nos espaços de

luta política. Conquistaram participar dos sindicatos, na condição de filiadas – na luta por igualdade no trabalho e, no plano da participação política, o direito de votar e de serem votadas, na busca de seu pleno reconhecimento como mulheres e como cidadãs.

## Conquistar a plena cidadania

Na sociedade em que o desenvolvimento humano é preterido em função dos interesses econômicos, submetidos à cultura patriarcal, cristaliza-se uma contradição: homens e mulheres são considerados cidadãos e cidadãs; mas, para viver sua plena cidadania, dependerá de sua condição de gênero e de sua classe social. Na situação de desigualdade, as mulheres enfrentam com mais rigor as barreiras culturais, sociais e econômicas, que lhes dificultam ocupar os postos de maior relevância social.

Hoje, mesmo amparadas por conquistas jurídicas e formais – concebidas desde a ilustração, numa democracia erigida sobre a igualdade legal – as mulheres vivem, no seu cotidiano, situações de desrespeito aos seus direitos e de imposição ao exercício da cidadania plena.

As raízes deste quadro podem ser identificadas nos aspectos culturais que naturalizaram e transferiram as diferenças biológicas para o campo social e, assim, construíram a condição de desigualdade vivida pelas mulheres. Esta é uma construção que se tem consolidado no cotidiano, e a partir das diferenças biológicas, lhes são atribuídas certas qualidades – como se fossem atributos próprios, e lhes são designados socialmente, papéis específicos e diferenciados, tratados como “próprios de mulheres” ou “vinculadas à sua natureza”. Nestas bases, as mulheres estão exercendo atividades invisibilizadas e socialmente sem valor – já que são consideradas uma extensão de seu corpo e não um trabalho. Sua presença é massiva em atividades decorrentes da reprodução biológica e do posterior cuidado com a família, atividades próprias do doméstico, do espaço do domicílio.

Em seu próprio cotidiano, as mulheres foram sendo

excluídas do “mundo público”, fundado na razão e no poder, cujas atividades são consideradas “próprias da condição masculina”, reconhecidas e valorizadas socialmente. Dessa forma, as diferenças biológicas foram sendo transformadas em desigualdade entre homens e mulheres, refletindo-se, na prática, em situações de discriminação que as dificulta, apesar dos avanços, a integração nos espaços do “mundo público”, que não lhes são designados. Configura-se, assim, no espaço público, uma dimensão da exclusão baseada na noção de “natureza feminina”, reflexo da submissão aos papéis que são atribuídos às mulheres. Tudo a lhes restringir o direito à plena liberdade de atuar com igualdade.

## O reconhecimento de suas lutas

O primeiro reconhecimento internacional dos direitos femininos ocorreu, oficialmente, na Carta das Nações Unidas (1945), em que se estabeleceu o princípio de igualdade entre homens e mulheres. Depois, realizou-se a Convenção da Igualdade de Salários (1951) – que discorreu sobre os direitos políticos, incluindo, em 1952, o direito ao voto – e, em seguida, ocorreu a ampliação dos fundamentos da igualdade, contemplados pelos direitos econômicos e sociais (1967).

Anos mais tarde, nas quatro Conferências Internacionais sobre a Mulher – a primeira, em 1975 – e nas seguintes, os direitos das mulheres foram sendo constantemente ressaltados e reafirmados como direitos humanos fundamentais ao pleno desenvolvimento da sociedade. Em julho de 1993, o final da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena insiste para que sejam

adotados novos procedimentos com o fim de reforçar o cumprimento dos compromissos em favor da igualdade e dos direitos da mulher.

Apesar desse processo de mobilização, de organização e de conquista referenciados pelos marcos da igualdade formal entre homens e mulheres conseguida na maioria das sociedades ocidentais, hoje, de certa forma, pouco reconhecimento social tem sido dado às mulheres na condição de sujeitos políticos. Ainda não se lhes outorgou integralmente sequer a titularidade desses direitos, cujo exercício permanece condicionado à situação social a que estão submetidas ante as expectativas sociais em relação às responsabilidades específicas de gênero.

Mesmo assim, as mulheres estão presentes em todos os espaços da vida cotidiana, o que dá sustentação à sua reivindicação de participação paritária à dos homens nos espaços públicos e a sua efetiva inserção na produção social, elementos visíveis da ampliação de sua consciência e de sua organização para que se rompam os obstáculos rumo a igualdade de fato.

## A política das mulheres: maior participação no poder político

Para se discutir a participação das mulheres no poder político, é necessário antes contextualizar a realidade e considerar algumas questões mais gerais: a) a distribuição desigual de renda no mundo e, os setores mais afetados são aqueles constituídos por famílias em que as mulheres são as únicas responsáveis pelo sustento, recebendo, entre to-

dos, os menores salários; b) as oportunidades de trabalho não são as mesmas para homens e mulheres pois, às mulheres cabem os cuidados dedicados à casa, aos filhos e aos mais velhos; c) os Estados Nacionais, nem sempre, implementam de maneira sistemática, as políticas públicas dirigidas às mulheres (políticas de saúde, educação sanitária, direitos de cidadania; d) a representação das mulheres nos postos de poder é pequena, tanto nos cargos de representação política por eleições quanto nos cargos de poder ou de mando no trabalho; e) ausência das mulheres nos espaços de poder político, como executoras das políticas públicas, dificulta a implementação de ações que contribuam para as mudanças na própria situação que enfrentam.

Ao tratar a situação de desigualdade vivida pelas mulheres, Victoria Camps (1998) destaca que esta realidade se mantém devido às lentas mudanças na divisão tradicional do trabalho e ao lento avanço das mulheres na ocupação dos cargos e postos de maior responsabilidade e poder. Para ela, a desigualdade dificulta e reduz a possibilidade de inserção das mulheres em certas áreas de trabalho definindo sua escassa presença no poder político e nos postos de decisão.

Não obstante essa lentidão referida por Camps, cabe destacar aqui a importância de certas ações históricas do movimento feminista que garantiram às mulheres a adoção de uma voz internacional por meio de tais ações foram reforçadas, hoje, pela urgente necessidade de se viabilizar não só a ampliação das oportunidades, mas também o combate à educação sexista



e discriminatória e, fundamentalmente, implementar medidas que permitam sua maior participação e representação política.

Nos últimos anos, nos marcos da orientação para a formulação de políticas públicas desde a IV Conferência em Beijing/95, verifica-se a preocupação em se definir ações para a eliminação de toda e qualquer desigualdade e discriminação contra as mulheres. Não por acaso, a mais recente reivindicação do movimento feminista é a inserção das mulheres nos espaços do poder político e nas esferas de decisão.

## Superar a política das mulheres: conquistar a mixitud comunitarista

As medidas para garantir igualdade e maior participação das mulheres têm sido entendidas como “Ações Positivas” e têm sido definidas e implementadas, estabelecendo cotas de participação política com o fim de reduzir as perdas acumuladas que tanto afetam a vida das mulheres. Essa busca de igualdade vista no âmbito da participação política configura o que Valcárcel (1997) denomina como uma reivindicação da “política das mulheres”, que vai além das cotas e da paridade entre homens e mulheres nas esferas de decisão, advogando, assim, a gestão das políticas públicas por elas mesmas, também.

Em *El siglo de las Mujeres*, Camps (1998) considera que estes deveriam ser objetivos do novo feminismo, ou seja, olhar a política como uma metáfora da tomada de decisões, exigência de uma democracia paritária que, ao ir além da política ou de políticas, abrange os órgãos diretivos de todos os poderes. Isto coincide com o que Agacinski (1999) denomina “política dos sexos”, a nova etapa da “política das mulheres”, fundada numa nova concepção de igualdade e democracia: “dividir o poder com os homens”, ou seja, o que denomina de “funcionamento comunitarista” da democracia.

Convém lembrar que, em princípio, a democracia burguesa apresenta seus limites. Ela se delinea a partir de um referencial de poder econômico baseado na propriedade que, por si só, é excludente. Ocorre que, historicamente, as mulheres sempre compuseram o conjunto dos sem propriedade e dos mais pobres da população, estando, portanto, em sua maioria, entre os excluídos. Por isso, desde um ponto de vista mais amplo, a democracia interessa às mulheres. Daí a sua histórica reivindicação de espaços iguais, não só nas esferas de poder, como uma demanda legítima que avança

no sentido de tornar efetiva a construção da cidadania pela prática igualitária nos marcos da sociedade em que vivemos, onde o poder está organizado a partir da influência do capital.

É importante garantir não só a representação paritária, mas também a manutenção da presença das mulheres no parlamento, sobretudo daquelas que, ao assumirem a defesa das pautas que interessam às próprias mulheres, contribuem efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa, que vai sendo delineada junto às contradições no exercício deste mesmo poder.

Vencer as desigualdades, democratizar as estruturas do Estado e conquistar a democracia plena. A desigualdade entre homens e mulheres nos níveis de poder é fato inegável e leva o questionamento dos critérios de acesso aos cargos: nestes casos, seria observada somente a capacidade? Tudo indica que também aí interferiram os mecanismos relativos à questão cultural e valores patriarcais subjacentes predominam na formação ideológica da sociedade e permeiam as atitudes e condutas dos que ocupam posições de poder, inclusive no parlamento. Essa herança cultural se manifesta na dificuldade que as mulheres têm para assumir certos cargos ou mesmo para defender algumas posições. Afinal, no processo de socialização, elas não têm sido estimuladas a enfrentar certas situações que impliquem assumir atitudes dotadas de mais ousadia profissional.

Dessa forma, a inserção de fato das mulheres no âmbito público se faz, com maior frequência, naqueles espaços de menor poder, ou que sejam menos valorizados e exijam menos responsabilidades políticas. Entretanto, está comprovado, isto ocorre não pelo fato de as mulheres terem menos capacidade profissional que os homens e, sim, pela influência dos valores tradicionais e dos papéis sociais a elas designados como próprios de seu sexo, o que as afasta dos espaços profissionais valorizados. Assim, as mulheres, ao incorporarem “certas” funções, assumindo como suas “certas” tarefas, papéis que lhes são atribuídos, elas organizam suas vidas expectativas. Isto as tem levado a tomar “certas” obrigações como parte de suas vidas, agregando-as a seu tempo livre e descartando, toda e qualquer possibilidade de se realizarem profissionalmente e de desenvolverem suas potencialidades humanas. Em geral, ao tudo fazerem para concretizar esse tempo para o trabalho não reconhecido, as mulheres, tendem a renunciar à perspectiva profissional sempre que lhes é exigido dedicar mais horas e maior responsabilidade

no trabalho profissional remunerado. Assim, deixam de lado a possibilidade de ampliar seus espaços e de conquistar maior projeção política e social – e, por tanto, maior poder.

Para que a defasagem relativa ao poder das mulheres e à sua presença nas esferas de decisão, de gestão social e de representação política seja superada, é necessário muito mais que uma política voltada para a ampliação da igualdade. Faz-se necessária uma democratização nas estruturas administrativas traçadas pelo Estado, inclusive no que se refere a seus objetivos políticos e econômicos e de distensão social.

Ampliar a presença das mulheres em diferentes espaços de participação dependerá sempre do alcance das políticas de igualdade implementadas pelos governos e pelas entidades de representação social, inclusive sob a forma de cotas sempre avançando rumo a uma política de paridade. Na realidade, tais políticas se constituem como verdadeiros princípios promotores da inclusão a estimular a mudança de mentalidade e de práticas políticas.

Desta forma, as reivindicações feministas e de setores populares, voltadas para a construção de uma democracia plena e sustentada por organizações autônomas, implicam viabilizar a incorporação das mulheres nos espaços que são de interesse da sociedade em geral. Espaços estes que servirão não só de âncora à denúncia da distância que separa as mulheres do poder, numa sociedade que preconiza direitos iguais, mas, ao mesmo tempo, estes espaços serão referência para um novo projeto de poder. Para tanto, há que se começar a observar e considerar a especificidade dos critérios com que se organizam as listas eleitorais ou as candidatu-

ras, no âmbito dos partidos políticos.

Além disso, é também necessário observar, nos órgãos públicos, os mecanismos que compõem o processo de adoção de critérios para o preenchimento dos cargos do poder político, em cumprimento às Convenções Internacionais que fundamentam os Planos de Igualdade ou de Discriminação Positiva. Afinal, é exatamente neste contexto que perpassa um projeto político-ideológico de poder, algo que não poder ser analisado apenas a partir do quantitativo de mulheres. Conta muito o seu conteúdo qualitativo, assim como os mecanismos que o viabilizam.

Exatamente por isto, para que aconteça um projeto desses, que vai “além das cotas”, nele devem estar elementos de natureza cultural, social e econômica voltados para toda a sociedade, mesmo porque aumentar o número de poder significa alterar o perfil do eleitorado e de sua concepção de política. E nisto se pressupõe uma mudança cultural, pois as mulheres não são incapazes de exercer a atividade política, de mudar as condições que impedem ou obstaculizam a sua participação e a sua inserção nos espaços públicos, mesmo quando forem precárias as suas condições de vida.

Sem dúvida, ter em perspectiva a participação paritária repercute não só na representação da metade-mulher da população, como também oportuniza o próprio avanço das mulheres como cidadãs na prática cotidiana, a definição sobre o “ter que fazer”, ampliando, assim, a capacidade de intervenção das mulheres na alteração do quadro político-econômico-socio-cultural a que ainda se submete no seu viver cotidiano.

\* Professora de Sociologia da UCG e doutora em Ciências Políticas e Sociologia/ Universidade Complutense de Madrid (UCM). e-mail: eline.jonas@hotmail.com

## Interagindo

### Sugestão de atividades:

- A partir do texto, organizar um debate sobre a importância da participação da mulher no poder.
- Identificar na sua comunidade mulheres que exercem o poder e faça um comparativo com a quantidade de homens, faça esse mesmo levantamento no âmbito municipal, estadual e nacional da presença de mulheres nos poderes executivo e legislativo.

### Sugestão de leitura:

REDE MULHER DE EDUCAÇÃO, Liderança feminina no Século 21, Ed. Cortez

ENCARTE TEÓRICO: O poder político e as novas estratégias feministas. Cara Araujo, Revista Presença da Mulher, Ed. no 41, Ed. Anita, jan a abril/2002

MORAIS, Jô, Esta imponderável mulher, Cap: realizando o poder Ed. Mazza, 2000  
info@mazzaedicoes.com.br

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Plataforma Política Feminista, 6 a 7 de junho, Brasília-DF, 2002.

MULHER E POLÍTICA, GÊNERO E FEMINISMO NO PARTIDO DOS TRABALHADORES, Ed. Fundação Perseu Abramo

### Bibliografia do artigo:

Agacinski, Sylviane (1999) : Política de Sexos, Madrid, Ed. Taurus.  
Camps, Victoria (1998): El Siglo de las Mujeres, Madrid, Ed. Catedra.  
Ministerio de Trabajo y Assuntos Sociales, Instituto de la Mujer (1999) : " Mujeres y Toma de Decisiones".  
Valcárcel, Amélia (1997) : La política de las Mujeres, Madrid, Ediciones Cátedra.

# Mulheres acumulam a chefia da família e o trabalho doméstico



**Almira Rodrigues**, do Cfemea:

“excluindo amamentação e gestação, não existem funções paterna e materna no processo de socialização da uma criança”

**A** família brasileira conta, cada vez mais, para chefiá-la, apenas com mulheres muito jovens ou entrando na terceira idade, que moram nas regiões urbanas do Sudeste e Nordeste. A maior parte é alfabetizada, mas um contingente ínfimo completou mais de 10 anos de estudo.

A conclusão é uma das que mais chamam a atenção no que diz respeito às transformações da sociedade brasileira, dentre os resultados do Censo de 2000, que detectou o crescimento do número de famílias cujos responsáveis são mulheres. Elas somam, hoje, 24,9% dos 44.795.101 domicílios visitados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ou ainda 11.160.635 mulheres em todo o país, representando

12,9% do total de 86.223.155 de indivíduos do sexo feminino cuidando, sozinhas, de uma família.

A transformação, embora corretamente comemorada como mais um resultado das conquistas dos movimentos feministas, que lutaram pelo fim da opressão masculina dentro do recinto privado - a família - e permitiu que a mulher saísse de casa, traz preocupação porque o país não acompanhou esta transformação em termos de conquistas sociais para ajudá-las em tal tarefa. Creches, escolas públicas e centros de recreação ou socialização para os períodos em que as crianças já encerraram suas aulas ainda são privilégios das classes mais altas, ainda que, nos últimos anos, o número de crianças matriculadas no ensino



fundamental tenha crescido bastante e nunca tenha sido tão alto no país.

Mas, se o Brasil não acompanhou com equipamentos educacionais públicos, a sociedade tampouco evoluiu na mentalidade sobre as formas de criar uma família. Para o brasileiro médio, cabe às mães dar o acolhimento e ensinar tudo o que é referência à casa, ao universo chamado de feminino.

A sociedade brasileira não evoluiu na mentalidade sobre as formas de se criar uma família. Para o brasileiro médio, cabe às mães dar o acolhimento e ensinar tudo o que é referência à casa

Já os pais ficam com a tarefa de mostrar o mundo exterior, seus horizontes e também seus limites. Universo tido como masculino. Resultado: mesmo unida - com pai e mãe dentro de casa -, a família brasileira enfrenta, hoje, enormes dificuldades para se entender afetiva e socialmente.

Com tal mentalidade, as mulheres, que há muito integram o mercado de trabalho, enfrentam duplas

jornadas, dentro e fora de casa. E cenários como o do homem dividindo igualmente as tarefas, embora cada vez mais crescentes, são ainda muito raros.

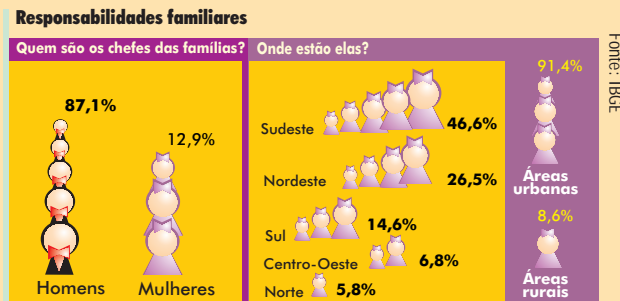
Por razões opostas, as maiores concentrações deste tipo de família se encontram nos estados do Sudeste (46,4%) e Nordeste (26,5%): é o Sudeste que recebe o maior contingente de migrações populacionais do país e a principal característica da migração nordestina ainda é a predominância masculina. Já o Sul, com 14,6% de famílias chefiadas por mulheres, é a região do país com os maiores índices de expectativa de vida feminina. Nos estados do Centro-Oeste (6,8%) e Norte (5,8%) estão os menores índices de mulheres chefes-de-família. Esses tipos de domicílio têm concentração maciça nas áreas urbanas brasileiras: 91,4%, contra apenas 8,6% localizados nas áreas rurais.

As mulheres chefes de família também são muito jovens, 27,4% das que têm entre 15 e 19 anos; ou já se despediram da mocidade, 39,8% das com 65 anos ou mais, 32,8% das com 60 a 64 anos e 28,1% com 50 a 59 anos. Embora mais alfabetizadas do que há dez anos –as chefes de família analfabetas caíram de 31,3% em 1991 para 20,5% em 2000 –, elas continuam sem muito estudo: apenas 11,3% somam de 8 a 10 anos de estudo e 7% têm 15 anos ou mais. Enorme percentual das chefes de família, 19,4%, teve mesmo menos de 1 ano na escola ou nenhuma instrução; seguidas de 18,2% que estudaram de um a três anos; e 17%, quatro anos.

## Meta é acabar com estereótipos

Por isso, uma das bandeiras do movimento feminista no século 21 é a luta para acabar com a divisão considerada estereotipada desses dois universos: masculino e feminino. “Excluindo-se a gestação e a amamentação, não existem mais funções materna e paterna no processo de socialização de uma criança. “Um adulto pode dar conta desta tarefa”, defende a socióloga Almira Rodrigues, diretora-colegiada da organização não-governamental Cfemea. Para Almira, o movimento tem que enfatizar cada vez mais a necessidade de a formação da criança ser baseada no conceito de indivíduo, com “formas de sentir, pensar e agir livres, e não moldados por um padrão masculino ou feminino”.

Segundo a socióloga, isso é o que se chama de “constrangimento de gênero”, que oprime não somente o feminino mas também o masculino. Por isso é fundamental que meninos e meninas recebam tratamento igualitário de pais e mães durante seu crescimento.



## Não basta ser pai...

... é preciso ser marido, companheiro, parceiro e cúmplice. Casal deve aprender a dividir as tarefas do lar igualmente

**Q**uando, ainda recém-nascido, o pequeno Marcel perdeu seu umbigo, num dos rituais mais festejados dos primeiros dias de vida dos bebês, foi seu pai quem teve a sorte de notar: “Ela queria que fosse com ela, mas foi comigo”, ainda implica com a esposa, dois anos e nove meses depois, o agente administrativo do Ministério da Saúde Antônio de Sousa Filho, 43 anos.

A mãe de Marcel, Valéria Menezes, 30, até consegue rir da brincadeira, mas fala sério sobre o período de seu pós-parto: com depressão, causada pela notícia de que seu filho nascera com glaucoma e não enxergava, ela não conseguia dar conta de todos os afazeres e nem queria conversar com as pessoas.

“Era o Antônio quem fazia tudo, só me dava o bebê para eu amamentar”, conta Valéria, hoje recuperada e totalmente envolvida – junto com o marido – no esforço para tratar de Marcel, que, três transplantes de córnea depois, já conseguiu recuperar a visão de um olho, mas enfrenta seqüelas de quem não recebeu o estímulo visual necessário, nos primeiros anos de vida, e precisa de muito apoio terapêutico para não se tornar um autista.

“Ou a gente divide as tarefas ou não tem jeito, se o casal não se ajuda a tendência é se separar”, admite Valéria, que continua contando com o apoio de Antônio em todos os momentos.

O casal tem esquemas estabelecidos para se alternar nas atenções a Marcel e encontra tempo para acompanhá-lo nas terapias, juntos, três vezes por semana.

“Quando a gente volta, eu vou arrumá-lo para levar para a creche e o Antônio faz o almoço, eu nem preciso pedir”, elogia Valéria, que é oficial de Justiça do Distrito Federal e faz seu próprio horário de trabalho. Já Antônio pode ficar todas as manhãs com o menino, mas não tem hora para voltar do trabalho, à noite.





# Tempo, mulheres e divisão sexual do trabalho

Maria Betânia Ávila\*

O tempo é um bem escasso na dinâmica da vida social moderna. O que chamamos aqui de tempo é o sistema padronizado de regulação dos períodos de duração de horas, dias e anos etc, que se constitui de fato como uma instituição social. Como nos explica Elias (1998) esse “tempo” do qual falamos e em torno do qual nos organizamos é uma convenção que regula os períodos de duração dos processos.

## O tempo expropriado

A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana onde o tempo que conta e que tem valor é aquele empregado na produção, aquele que gera mais valia. O tempo do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção x reprodução. O período dedicado ao descanso, ao lazer, à reposição de energia, de se reconstituir física e mentalmente é aquele que sobra das atividades produtivas. A duração dessa “sobra” é fruto de processos históricos, de transformações nas relações sociais entre capital e trabalho. Não é o mesmo em todo lugar, nem para todos/as trabalhadores/as.

Onde está, portanto, o tempo para os cuidados necessários para manter a vida da coletividade humana, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde e o aconchego? Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se auto-cuidar como as crianças, idosos/as e outras pessoas que não têm condições física ou mental para isso? Esse tempo, que não é percebido como parte da organização social do tempo, é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas pelas relações de poder de gênero. As mulheres que estão no mercado de trabalho, e hoje constituem – no Brasil e em muitos outros países – uma maioria, produzem um tempo para isso tirado daquele que sobra da sua inserção na produção. É aí que se produz a dupla jornada, onde as tarefas da reprodução são entendidas como não portadoras de valor social.

Na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na da reprodução,

enquanto os homens, na sua maioria, se mantiveram – e se mantêm até hoje – apenas na esfera da produção. Atualmente a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal ou informal se expandiu. “Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho de tempo parcial, precarizado e desregulamentado” (Antunes, 2000).

Dentro do contexto de reestruturação produtiva há uma flexibilização nas relações de trabalho. Trata-se na verdade de uma precarização das formas de contrato e das condições de trabalho. Nesse contexto, uma das dimensões que se desestrutura é justamente a definição da jornada de trabalho, produzindo-se assim uma certa barbarização no emprego do tempo para a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2000). As jornadas tornam-se irregulares e os períodos de repouso e férias também.

As mulheres formam a categoria preferencial dos empregadores para os contratos de trabalho com o tempo parcial, e para formas de trabalho mais precarizadas, e isso se deve ao fato de que as mulheres ainda são inseridas no mercado de trabalho em condições mais fragilizadas do que os homens. O trabalho com tempo parcial também recorre a uma justificativa conservadora quando em muitos contextos, considera-se que essa forma de contrato traz vantagens para as mulheres em função de suas obrigações com a esfera reprodutiva.

Como afirma Antunes (2000) “...o capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem de suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são, como vimos, uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes, o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres”. Esse “atributo herdado” tem sido tão incorporado de tal forma que passa a ser percebido como uma condição natural do feminino o qual está associado à condição de ser das mulheres.

A reestruturação produtiva tem levado, também para o interior do espaço doméstico, as tarefas da produção, que geralmente são destituídas de contrato de trabalho formal e de uma regulação do tempo do trabalho produtivo. Estabelece-se dessa forma um ritmo de trabalho no qual o limite é a capacidade física e a necessidade de produzir a renda, em geral determinada por produtividade. As tarefas reprodutivas vão sendo executadas de forma simultânea dentro do mesmo espaço, criando um ciclo perverso e sem limite de tempo entre as duas formas de trabalho. As mulheres ficam sujeitas à desigualdade da divisão sexual do trabalho, arcando com as consequências perversas das incompatibilidades contidas na organização do tempo social.

### O tempo sem valor

O trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, no sistema capitalista, inteiramente destituído de valor social. A exploração de gênero e de classe realizada através do trabalho doméstico não tem sido suficientemente levada em consideração nas análises críticas sobre o capitalismo e as desigualdades geradas e reproduzidas neste sistema.

Um trabalho considerado sem valor leva a uma situação onde o tempo em-pregado na sua realização não é medido nem visibilizado. Para as mulheres a questão do tempo sempre se colocou como algo fora do seu controle. Por tradição, o tempo do trabalho doméstico é elástico, sem limites, sem valor, parte da existência das mulheres. Para as mulheres trabalhadoras as tarefas domésticas se estendem, pelo menos enquanto preocupação, para seu espaço na esfera produtiva. Um trabalho se realiza sem que a preocupação com o outro

desapareça. As mulheres ainda liberam o tempo dos homens para dedicação exclusiva às atividades externas ao espaço doméstico. E entre mulheres, são elas que liberam o tempo umas das outras para também se dedicarem às atividades não domésticas.

As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres – que formam a categoria das empregadas domésticas – para se liberarem no seu cotidiano das tarefas domésticas. Quanto às mulheres pobres que não contam com recursos para contratarem outras mulheres o que se formam são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas antes e depois da jornada de trabalho remunerado. A cadeia de substituições começa ao amanhecer sem limite de tempo para terminar. No que tange ao tempo da reprodução não houve redistribuição e as mulheres continuam, majoritariamente, respondendo por essa esfera.

O desenvolvimento tecnológico também está voltado para uma maior eficácia no uso do tempo empregado para as atividades domésticas. Há uma produção de modelo de vida cotidiana para as mulheres onde o trânsito entre a inserção no mercado de trabalho e os afazeres domésticos é beneficiado pelas tecnologias de uso doméstico. É comum as propagandas nos meios de comunicação anunciarem os aparelhos eletrodomésticos dando-lhes várias utilidades inclusive a de “liberar tempo” para viver a dupla jornada e ainda conviver com a “família” o discurso do mercado visa dessa forma legitimar a exploração contida na dupla jornada.

\*Socióloga, pesquisadora e coordenadora geral do SOS Corpo, Gênero e Cidadania.

## Interagindo

### Sugestão de atividades

- Pesquisar quais são as profissões das mulheres e dos homens e promover um debate sobre os papéis dos mesmos dentro de uma visão crítica
- Debater em sala de aula: quem realiza do trabalho doméstico na sua casa?
- Debater com a sua comunidade as consequências da flexibilização dos direitos trabalhistas para as mulheres trabalhadoras.
- Debater na comunidade sobre a importância da licença maternidade e paternidade para os filhos, mães, pais e a família.

### Sugestão de leitura



COSTA, Ana Alice, LIMA, Maria Ednalva B, ÁVILA, Maria Betânia, SOARES, Vera, MELLEIRO, Waldeli P (org). Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. CUT, São Paulo, 2002.

HIRATA, Helena. Nova discussão sexual do trabalho, Ed. Boitempo, São Paulo, 2002.

Reestruturação produtiva, formação profissional e gênero. Caderno do Núcleo Temático Relações de Gênero, CUT, Brasil, ago/2001.

Situação da Mulher no mercado de Trabalho, Câmara dos Deputados, 2000.

Mulher e Trabalho, Fundação Sistema Estadual de Análise de dados – SEAD, publicação trimestral [www.sead.gov.br](http://www.sead.gov.br)

Bibliografia do artigo:  
ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo. 2000.  
ELIAS, N. Sobre o Tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.



# O trabalho é igual, mas o salário...

Mulheres ampliam espaços no mercado, mas ainda ganham menos e são mais vitimadas pelo desemprego

**A**s estatísticas comprovam que a participação da mulher no mercado de trabalho não pára de crescer. De acordo com os números da mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este índice ficou em 49%, em 2001, o que equivale a dizer que 49 em cada 100 mulheres com dez anos ou mais estão ocupadas. São 30.711.000, ou 41% do mercado de trabalho.

Por outro lado, as mesmas estatísticas denunciam que elas estão mais desempregadas que os homens e continuam ganhando menos, em média, apesar de possuírem mais escolaridade. Embora venha crescendo para ambos os casos, a taxa de desemprego aberta ficou em 12,1% para as mulheres e 7,9% para os homens. Percentual curioso, levando-se em conta que, em média, elas estudaram mais: dentre as que trabalham, 30%, ou 9 milhões, têm nível médio completo. Entre os homens, este percentual é de apenas 21%.

Na população ocupada sem ter terminado o ensino fundamental, os homens também ganham das mulheres: são 63% que estudaram no máximo sete anos, contra 42% das mulheres. Para completar, as mulheres ganham, em média, R\$ 241, equivalente a 48% da média masculina, de R\$ 500. Se os números não mentem sobre a, ainda, enorme desigualdade no reconhecimento do trabalho de homens e mulheres no Brasil, não há como ignorar que a luta feminina nesse sentido é cada vez mais bem sucedida, afirma a economista Paula Montagner, 44 anos, gerente de análises da Fundação Sead (Sistema de Análise de Dados), da Secretaria de Planejamento de São Paulo.

“A mudança do papel da mulher na sociedade é visível. No Brasil, ela tem se alterado substancialmente”, diz. Mesmo que pareça mudada neste sentido, a sociedade por vezes dá sinais de resistência. “Ainda ouvimos brincadeiras elegantes. Mas, se é verdade que estamos ganhando espaço, nossa briga não é contra os homens, mas por uma sociedade igualitária”, sinaliza Paula. Para a economista, é falsa a questão sobre se esse crescimento decorre de maior necessidade



Francisca sustenta sozinha, sem ajuda do estado, três filhos com renda de R\$ 200 por semana. O mais velho toma conta dos mais novos

econômica ou dos movimentos de emancipação da mulher. “Ambos os aspectos são relevantes”, reconhece Paula, para quem o avanço tem duas razões principais: a sensibilização gerada por uma conquista do movimento feminista, depois da 5ª Conferência Mundial da Mulher, na China, em 1995; o apoio para que as entidades produtoras de dados em vários países passassem a disponibilizar as informações relativas a gênero e raça; e a perda de importância da indústria no cenário econômico.



Fonte: IBGE

Trinta anos de movimentos feministas depois, o perfil do mercado de trabalho brasileiro apresenta mudanças relativas a gênero, também, nas áreas que não requerem muita qualificação. Se, antes, os serviços domésticos eram realizados, apenas, pelas mulheres, hoje, os homens também disputam esse mercado, uma necessidade imposta pela falta de qualificação. Por outro lado, é cada vez maior o número de mulheres que precisam trabalhar para sustentar sozinhas suas famílias e não têm com quem deixar seus filhos.

Manoel Souza dos Santos, 25 anos, e Francisca Maria da Silva, 43, são dois exemplos da situação. Há sete anos em Brasília, Manoel começou a trabalhar como caseiro, ainda na Bahia, onde deixou de estudar na quarta série do ensino fundamental para ajudar a família. Ao chegar na capital federal, foi requisitado a deixar o quintal e cuidar também das tarefas de dentro de casa, como cozinhar, lavar, passar e fazer faxina. “Comida simples eu já sabia fazer, mas meus patrões me ensinaram a fazer comida de gente da cidade, como bife à milanesa e bife rolê”, conta Manoel, que se divide entre as casas do casal Andréa e Alessandro e dos pais deste, Leda e Onofre, em chácaras da periferia do Distrito Federal.

Casado, sem filhos, está feliz com o salário de R\$ 300 e não vê nenhum problema em realizar um trabalho ainda identificado como exclusividade das mulheres. “Hoje em dia, não tem mais isso, não; as mulheres, hoje, também estão entrando no mercado dos homens, tem até mulheres mecânicas”, compara.

Já Francisca é um exemplo típico da brasileira que sofre por ter que sobreviver sem qualquer tipo de ajuda de companheiro ou do próprio estado. Moradora de Santa Maria, uma das cidades-satélite mais distantes de Brasília, sustenta, sozinha, três filhos: Renato, de 20 anos; Cecília,



Manoel venceu o preconceito e provou que não existe trabalho “de homem” nem “de mulher”. Ele trabalha como empregado doméstico

de 16; e Mateus, de 4. Como a dificuldade para pagar alguém para cuidar de Mateus é grande, deixa o menino sob os cuidados dos irmãos mais velhos. Enquanto Cecília estuda, Renato fica com o irmão. Quando a irmã volta, ele pode tentar fazer algum bico para completar o salário da mãe. É com os R\$ 200 semanais que a diarista provê as necessidades da família e tenta acabar de construir sua casa, que tem apenas uma lâmpada e piso de barro.

“É muito difícil conseguir pagar a mão-de-obra para construir. De vez em quando consigo ajuda com meus patrões. Os meninos é que cuidam da casa para mim”, diz.

## CUT luta para diminuir desigualdades

Desde o 5º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, em junho de 2000, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) vem desenvolvendo uma campanha para diminuir a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho entre os sexos, consolidação das comissões estaduais sobre a mulher trabalhadora e ações afirmativas na formação política e sindical das mulheres; fortalecimento das interfaces da questão de gênero com as políticas e projetos da CUT e também com o movimento sindical internacional, movimentos sociais e ONGs. Uma das principais ações desenvolvidas

em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras foi o estudo sobre a aplicação da Convenção 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que proíbe discriminação por sexo no mercado de trabalho e foi ratificada pelo Brasil em 1957; a mesma proibição aparece na Constituição de 1988 –, que tem como finalidade a construção de indicadores que venham a comprovar a diferença de remuneração em empresas por motivo de sexo.

Sensibilizar o movimento sindical, para a inclusão do tema em sua agenda de prioridades, é um dos principais desafios, reconhecem a coordenadora da Comissão de Mulheres da CUT, Maria Ednalva Bezerra de Lima, e sua assessora, Waldeli P. Melleiro.



# O mundo do trabalho: um ambiente de terror?

Margarida Barreto\*

**E**m pesquisa recente com trabalhadores de cinco países da Europa e Estados Unidos, a Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), revelou resultados alarmantes quanto aos danos ou agravos à saúde dos trabalhadores/as proveniente do mundo do trabalho: aumento dos distúrbios psíquicos e vivências depressivas. Também a Organização Mundial de Saúde (OMS) vem chamando a atenção para as próximas duas décadas, nas quais, a depressão será a segunda maior causa de morte e incapacidade no planeta. Não é casual o crescimento em países europeus da aposentadoria, em consequência dos danos psíquicos.

Em dezembro de 2000, o Fundo Europeu para Melhoria das Condições de Trabalho e de Vida (Fundo Dublin) após entrevistar 21.500 trabalhadores, concluiu que 8% dos trabalhadores da União Européia (12 milhões) vivenciaram situações de humilhações e constrangimentos, 4% sofreram violência física e 2% assédio sexual. Situação mais vivenciada no setor público (13%), setor de serviços e vendas (11%) e bancos (10%). Chamam a atenção ainda para o fato que 47% das pessoas que sofrem violência moral, referem seu trabalho como muito estressante, o que interfere no aumento do absenteísmo (34%), consequência do desencadeamento do estresse e burnout.

## O risco invisível põe em "risco" o ambiente de trabalho

A organização do trabalho nas últimas décadas, tem sido marcada pelo ritmo intenso, jornadas prolongadas, pressão para produzir, opressão acentuada para se alcançar as metas pré-determinadas, exíguo tempo para concluir um projeto, vergonha de não saber, incertezas quanto ao futuro, e medos variados. As relações afetivas estão se tornando tensas e competitivas, predominando o 'salve-se quem puder, a indiferença pelo sofrimento do outro e a quebra dos laços de camaradagem. Persiste o abuso de poder, o autoritarismo, a omissão e cumplicidade com os desmandos hierárquicos apesar do discurso democrático das organizações.

São múltiplas as exigências transversadas por instruções confusas, ofensas repetitivas, agressões e maximização dos erros' e culpas, transformando o dia trabalhado numa jornada de humilhações, revelando um ambiente de trabalho degradado deliberadamente. São condições vivenciadas por todos e que inaugura um clima de instabilidade emocional, insegurança, desconfiança entre os pares e quebra dos laços de amizade, inveja, ciúmes e fofocas. Este ambiente hostil tem sido responsável pelo aumento em 5% a 10% da morbimortalidade cardiovascular entre os trabalhadores/as, assim como estresse e depressão.

Os novos riscos estão contidos na organização do trabalho em íntima relação com as políticas de gestão, cujo objetivo fundamental é a produtividade. Nesta guerra para produzir mais com menos pessoas, vale tudo: agressões verbais, desmoralizações, discriminações e desqualificações perpetradas por um superior hierárquico contra uma pessoa ou, mais raramente, o coletivo.

Em ambiente de degradação deliberada das condições de trabalho, o risco invisível é ampliado e disseminado, 'contagiando' e adoecendo um maior número de trabalhadores e trabalhadoras. São estes riscos invisíveis reveladores das determinações do trabalho sobre a saúde e que não se dão apenas por condições objetivas mas por sua condição afetiva relacional.

## Como identificar o risco invisível?

A violência moral no trabalho tem como 'matriz' de sustentação a assimetria hierárquica, abuso de poder e autoritarismo, fatores que propiciam a disseminação de mentiras e manipulações, cooptação e corrupções. Materializa-se frequentemente em agressões verbais, gestos, risos, comentários grosseiros e irônicos, ridicularização, negação do outro, intolerância diante das críticas ou criatividade, desqualificação profissional, desmoralização, menosprezo pelo que o outro faz, diz ou sente.

Predominam relações hierárquicas desumanas, marcadas por ameaças, desrespeito aos sentimentos e

emoções do outro. Explicitam-se em apelidos, ações, e falas repetitivas, que vão ecoando no coletivo, sendo internalizado por alguns, decomposto por outros, produzindo e mantendo um ambiente de terror, no qual prevalece a hostilidade, o rancor, a antipatia, a desconfiança e o individualismo.

A degradação instaurada é reflexo das políticas de gestão, que em busca de lucros cada vez maiores, determina um processo produtivo insano, louco e destrutivo, desvendado em falas abusivas e freqüentes, como estas: “se não tiver satisfeito, a porta da rua é serventia da casa”; “você é velha e se sair de licença, coloco uma nova em seu lugar”; “se não está dando conta em seis horas, fique até dar conta. Eu saí ontem daqui as 10 horas da noite”; “Vocês são inúteis e a empresa, já não é aquela teta. A empresa vai demitir!!!”; “seu trabalho é lento porque você é negro e por cima ainda é nordestino”; “Não quero saber se vocês tem estabilidade ou não. Se não venderem o produto, vão ser demitidos”; “você é uma péssima funcionária. Não consegue nem atingir a meta”; “você é uma funcionaria medíocre, velha, ultrapassada”; “você tem que se esforçar e vender. Façam como uma puta velha experiente”; “se você não consegue vender e ainda está achando ruim... caia fora!”; “você parece uma putinha ordinária. Não serve pra nada aqui dentro da empresa”; “Aqui você não pode errar. Sua família não interessa. Você deve pensar: quem dá comida a você? É a Empresa. Coloque isso na sua cabeça: sua família deve ficar em 3º ou 4º plano, se quiser continuar aqui”; “o que é isso de fazer tanto curso? Quando você faz curso, sua família não precisa comer no fim do mês?”.

## O que fazer?

A saúde é resultante das condições de vida e convivência solidária, em que predomina afetividade ética. Encontra-se numa certa margem de tolerância entre a convivência com o outro e os acontecimentos vividos ou que virão. Os ‘guerreiros da modernidade’ estão submetidos a condições de trabalho na qual imperam atos de terror psicológico, transformando o ambiente de trabalho num campo minado de emoções negativas. E neste ambiente maléfico, a doença vai sendo tecida nos marcos da relação de dominação e sujeição, de discriminações e desqualificações, de rebaixamentos e constrangimentos, revelando que o trabalhador é um ser que vive contingências, entre elas, os seus vários medos: de não saber, de perder o emprego, adoecer e tornar-se incapaz para o trabalho, de morrer social ou definitivamente.

Torna-se imperativo, dar visibilidade social aos atos

de terror e violência moral no trabalho, denunciando a falsidade da ideologia da eficácia técnica. Falando da crueldade dos atos que aparentemente são neutros. Neste sentido, faz-se necessário combatermos toda e qualquer forma de manifestação de discriminação e violência moral no ambiente de trabalho quer seja por iniciativas legais, por exigências de mudanças na organização e relações de trabalho, através da abertura de novos postos de trabalho, diminuição da jornada e do ritmo, aumento de salário, autonomia do saber-fazer, diálogo e programas de prevenção dos riscos invisíveis que envolvam equipe transdisciplinar, colegas e familiares, visando garantir de fato, a qualidade de vida no trabalho e na sociedade. Assim, nossa estratégia envolve duas dimensões: individual e coletiva que visa a se contrapor radicalmente à nova ideologia que elimina todas as outras, retirando o sentido da própria vida. A busca da felicidade no trabalho e em sociedade, pressupõe uma eticidade que contemple os direitos primários de todo cidadão: viver dignamente, com autonomia para criar e refletir, tendo seus direitos respeitados.

\* Médica ginecologista e do Trabalho. Doutoranda do Departamento de Psicologia Social - Núcleo de Estudos Psicossociais de Exclusão e Inclusão Social - NEXIN/PUC-SP.

# Interagindo

## Sugestão de atividades

- Trabalhar com o vídeo: Acorda Raimundo,acorda!
- Pesquisar quais são as atividades desenvolvidas pelas mulheres no mercado de trabalho da sua cidade: o que fazem, quantas horas trabalham por dia, qual o salário, qual a situação trabalhista, quais são as empresas contratantes e qual é o número de mulheres e de homens em postos de chefia.
- Pesquisar como é a divisão do trabalho na sua escola

**veja também as sugestões do Interagindo da página 19**

### Bibliografia do artigo

Barreto, M. Lesões por esforços repetitivos: que danos causam no cotidiano das mulheres. Trabalho apresentado In.: International Congress Women Work Health, Barcelona, April, 1996.  
 CODO, W. Entre a urgência e o pasmo In.: L.E.R. Diagnostico, tratamento e prevenção. Editora Vozes, São Paulo, 1995.  
 COUTO; H.A. Tenossinovite e outras Lesões por Traumas Cumulativos nos membros superiores de origem ocupacional. Ergo, Belo Horizonte, 1991.  
 MATURAMA, H. Da Biologia à Psicologia. Artes Médicas. Porto Alegre: 1998.  
 SPINOSA, B. Ética. Relógio D' Água Editores: Lisboa, 1992.  
 RIBEIRO, H.P; Estado atual das Lesões por Esforços Repetitivos (LER) no Banco do Estado de São Paulo S.A.-Banespa. Caderno de Saúde/AFUBESP, Vol1,(1):9-5, 1995.



# Tapas, socos e pontapés

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em todo o mundo, de 10% a 34% das mulheres foram agredidas

**U**ma das faces mais trágicas do cotidiano da mulher brasileira só veio à tona depois que as lutas feministas conseguiram acabar com o tabu do espaço privado. Foram necessárias décadas para mudar – e ainda é só o começo – a noção de que a intimidade do lar não é de interesse público.

Colocada de lado a máxima “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, o movimento feminista enfrenta todo tipo de dificuldade quando o assunto é a violência doméstica e os demais abusos sofrido por mulheres – sejam elas adultas, adolescentes ou crianças – em nosso país.

Não existem, por exemplo, estatísticas oficiais que comprovem os números que vêm sendo coletados há anos por ONGs e organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). A explicação do Ministério da Justiça é que o Governo Federal depende das informações que são coletadas pelas secretarias estaduais de Segurança Pública no que se refere às violências sofridas pelas mulheres.

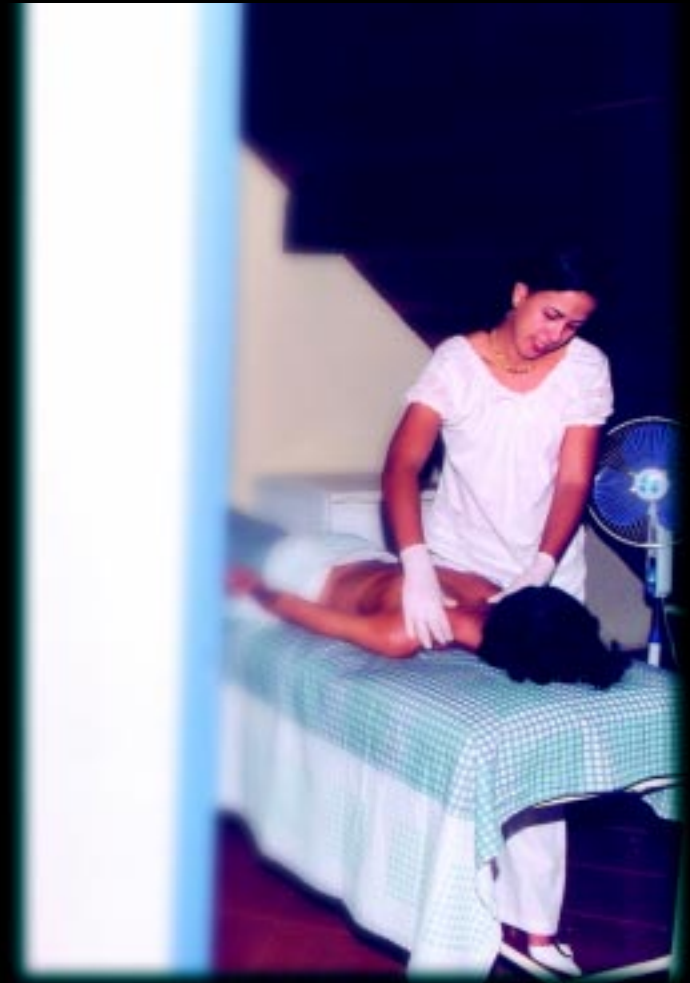
Como, na prática, essa sistematização de dados não acontece – salvo uma experiência inédita desenvolvida nos nove meses do Governo Benedita da Silva no Rio de Janeiro a recém-criada Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada diretamente à Presidência da Re-

pública, trabalha com dados extra-oficiais, que mostram que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida; 70% da violência contra a mulher é praticada dentro dos lares; 63% das vítimas de agressões domésticas são mulheres e 65% destas são praticadas por parentes – maridos e companheiros respondendo por 70% dos casos.

O agravamento dessas ocorrências levou as Nações Unidas a criarem, em 1999, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, o 25 de novembro.

A OMS detectou que, em todo o mundo, de 10% a 34% das mulheres confirmam ter sido agredidas. No Brasil, esses índices são bem altos: 14% das mulheres pernambucanas relataram a violência; 10% em São Paulo e 8% no Rio de Janeiro. Em todo o Brasil, registrou-se, em 2001, taxa de espancamento de 11%, entre 2.502 mulheres entrevistadas pela Fundação Perseu Abramo.





Na casa-abrigo do Distrito Federal, mulheres recebem apoio até que o agressor não seja mais uma ameaça

A Rede Feminista de Saúde trabalha com o indicador de que em torno de 6,8 milhões de mulheres brasileiras já foram espancadas pelo menos uma vez na vida. Problemas como a exclusão social no país e a violência urbana, em decorrência do tráfico de drogas, agravam ainda mais esse quadro.

A situação diz respeito à saúde pública, pois as consequências desse tipo de violência representam perdas de um ano de saúde estável para uma em cada cinco mulheres entre 15 e 44 anos. Danos equivalentes aos causados por doenças como tuberculose, Aids, cânceres e enfermidades cardiovasculares, segundo pesquisa do Banco Mundial.

Isso representa perdas econômicas para o Brasil, que deixa de aumentar seu Produto Interno Bruto (PIB) em 10% todo ano, por causa da violência contra a mulher, de acordo com o relatório brasileiro à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), da ONU. A situação, no entanto, não se limita ao desespero. Ter noção disso tudo já é hoje um

grande avanço, considerando-se que, há muito pouco tempo, esse tipo de informação nem vinha à tona.

As principais conquistas também já começam a se consolidar. Desde a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, já foram aprovadas 42 leis em benefício direto ou indireto da mulher brasileira. Isso sem falar que a Constituição Federal prevê, desde 1988, o direito à igualdade.

O difícil está sendo fazer valer essas leis, que não estão, em sua maioria, regulamentadas ou implementadas. As 339 delegacias da mulher (Deams) implantadas não são distribuídas equitativamente por região: um terço (124) está em São Paulo, seguido por Minas Gerais (34), Rio Grande do Sul (34), Paraná (19), Pará (17), Santa Catarina (13) e Rio de Janeiro (9).

Também São Paulo possui a maior concentração de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência: 12 dentre as 82 existentes no país, número considerado ínfimo se comparado ao dos Estados Unidos, que já em 1995 contava com 1.500 destes tipos de abrigo.



# Coragem põe fim a agressões

A cada **4 minutos** uma mulher é agredida no país.

**70%** da violência contra a mulher é praticada dentro dos lares

**63%** das vítimas de violência no espaço doméstico são mulheres

**65%** das agressões são praticadas por integrantes do próprio núcleo familiar, sendo que maridos e companheiros são **70%** dos casos.

Fonte: OMS e governo do RJ



Enquanto permanecem sob a proteção do Estado, troca de experiências ajuda vítimas a reconstruírem suas vidas

Quem chega na casa-abrigo do Distrito Federal percebe logo a presença de Jucilene Maria dos Santos. Simples e falante, ela é a mais simpática e extrovertida dentre as mulheres foragidas, que não vacila em cumprimentar e puxar papo com os visitantes. Comportamento que esconde uma história das mais impressionantes da casa. Os oito anos de abusos cometidos pelo ex-companheiro lhe conferiram aparência física de pelo menos 10 anos mais.

Sergipana, três filhos e sem mais nenhum parente a quem possa recorrer, ela agüentou violências do tipo ficar três dias amarrada a uma árvore ou 22 algemada na cama. Isso logo no início do relacionamento, quando já estava grávida da primeira filha, fruto de um namoro anterior.

Tudo por ciúmes: traído pela primeira esposa, o ex-companheiro de Jucilene quis vingar-se nela. Depois do “batismo de fogo”, ela ainda passou por todo tipo de agressões, de coronhadas a facadas, a ponto de ter de esconder todos os objetos cortantes de sua casa, na cidade de Girassol (GO), no entorno do Distrito Federal. Jucilene diz não saber como agüentou tanto tempo de abuso. Alega o medo das ameaças de morte a ela e à sua primogênita. “Ele é colecionador de armas”, justifica.

A gota d’água veio no fim do ano passado, quando, ajudada por uma amiga – que hoje também está foragida, ameaçada de morte somente por tê-la ajudado –, Jucilene montou um pequeno armarinho. O companheiro não gostou de ver a mulher com relativa inde-

pendência econômica e obrigou-a a desistir da loja. Com a auto-estima melhorada depois do sucesso profissional, Jucilene enfrentou o marido, que voltou a espancá-la. Desta vez, porém, a briga foi parar na Deam, de onde Jucilene foi encaminhada para a casa-abrigo do DF, cujo endereço é mantido em sigilo absoluto. Depois de dois meses, ela continua disputando a guarda dos filhos na Justiça, numa espera que se tornou ainda mais torturante com a revelação de que a filha mais velha sofre abusos sexuais do padrasto – vinda à tona com a ajuda das psicólogas da casa. Envergonhada, Jucilene conta que nunca imaginara tal possibilidade. Ainda assim, ela agora demonstra coragem sem par, ao afirmar que pretende refazer sua vida sem precisar fugir para outro estado.



# Punição ao agressor não surte efeito

**U**ma das punições mais comuns em casos de violência doméstica no Brasil tem sido a determinação para que o autor do crime doe uma cesta básica ao estado. Além de não surtir efeito, a punição é até ofensiva para a mulher vítima deste tipo de violência, pois seu sofrimento passa a equivaler a poucos reais. Uma nova experiência começou a ser implementada, no entanto, através da gestão da antropóloga Bárbara Mesumeci Soares, 47 anos, como sub-secretária de Segurança da Mulher do Rio de Janeiro durante os nove meses do Governo Benedita da Silva, ano passado.

*Nos últimos 30 anos, a atuação do movimento feminista foi decisiva para que o problema da violência ganhasse espaço nos ambientes de debate das políticas públicas*

Esses crimes passaram a ser punidos com o envio dos homens agressores para grupos de reflexão. “O que importa não é a vingança, mas sim interromper o ciclo de violência, através de uma punição produtiva”, explica Bárbara, hoje pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes. A transformação da punição só foi possível graças a uma parceria da subsecretaria com os juizados especiais criminais, responsáveis pela aplicação das penas nesses casos.

Uma das principais dificuldades enfrentadas por Bárbara, em sua rápida gestão, foi a escassez de dados para se fazer um diagnóstico completo sobre as mulheres vítima da violência. Assim como no resto do país, o Rio também não possuía dados sistematizados das ocorrências. Ainda que precariamente, esta sistematização começou a acontecer, enquanto a sub-secretaria existiu – a atual governadora, Rosinha Garotinho, a extinguiu. “Os primeiros dados mostraram resultados contundentes, que coincidem com os estudos realizados pelos movimentos sociais, que apontam, por exemplo, que a maior parte dos agressores é conhecida da vítima e que os crimes acontecem dentro de casa”. Bárbara ressalta, no entanto, que sem estatísticas realizadas de forma científica, o que demanda continuidade, pesquisadores e formuladores de políticas públicas continuarão tendo apenas uma vaga idéia do que é a violência doméstica.

“É muito difícil saber de fato do que se está falando, a gente ainda não tomou consciência de como a violência dentro de casa é generalizada, é muito maior do que se quer aceitar”, denuncia a antropóloga, para quem o senso comum ainda não vê o problema como de segurança pública, mas sim como assunto privado. “Sem a menor dúvida, de 30 anos para cá, com a atuação do movimento feminista, a situação melhorou muito”, analisa. Outro aspecto positivo ressaltado por Bárbara é a ‘desnaturalização’ deste tipo de violência, que passou ser discutida tecnicamente, em vez de no plano ideológico. “Agora as perguntas são outras: a discussão é mais técnica, sobre o que fazer, então, com as vítimas e os autores”.

## Novas casas-abrigo

Antes de se multiplicarem - uma reivindicação importante de todos os que lidam com as consequências da violência contra a mulher - as 82 casas-abrigo que existem hoje em dia em todo o país, para acolher as vítimas desse tipo de violência, vão ser avaliadas e reformuladas.

A idéia é da ministra Emília Fernandes, secretária especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. “Antes de continuarmos pensando na quantidade, temos que pensar na qualidade: como é que essas casas estão funcionando, se há uma interação com a comunidade, se elas estão em condições de de-

envolver um trabalho”, diz a ministra, para quem a casa-abrigo não pode ser um espaço que simplesmente acolhe a mulher por algum tempo, para depois devolvê-la ao ambiente da agressão. “Que ela seja uma porta que se abre, e não que se abre e se fecha imediatamente depois.

A casa-abrigo tem que ser um espaço onde a mulher seja acolhida num caso emergencial. Mas que ela saia dali com outra visão de mulher, a auto-estima recuperada, encaminhada para cursos de capacitação. Então, este ano, precisamos qualificar o projeto, e, se tivermos condições, depois ampliá-lo”. A ministra reconhece, no entanto, que elas ainda são muito poucas: “o número é muito pequeno.

# Produção político-cultural da sexualidade, violência contra as mulheres e o caso da jovem

Mary Garcia Castro\*

**P**asso, a vôo de pássaro, por algumas reflexões sobre produção cultural sobre sexualidade e reprodução capitalista, defendendo que há que mais investir em tais circulações no debate sobre violências contra a mulher.

Há que mais refletir sobre a cultura de uma sexualidade que corre por padrões de dominação, e se distância da utopia por uma ‘dialética do prazer’<sup>1</sup>

É caminho minado, tentar fazer nexos entre economia e formas de desejar, de viver a subjetividade e a sexualidade, correndo-se o risco de simplificações deterministas ou de economicismos. O que não significa que as minas, os nexos não existam. Se se entende que sexualidade é mais que mecanismo de procriação, de uso de outro para obter prazer dos sentidos; que sexualidade é comunicação, ou segundo Duro (ver nota 1) um “móvel para comunicação social” então, a utopia é que sexualidade possa vir a ser vivida em termos de ‘dialética do prazer’.

Na ‘dialética do prazer’, o eu e o outro, ou a outra é sujeito como eu, mas é diferente. Ambos buscam prazeres, aprendendo com trocas. Em tal comunicação, entre diferentes na igualdade, vir a se descobrir prazeres não mapeados—fantasias, buscas que enriqueceriam tal sexualidade comunicativa. Com tal forma de perceber possibilidades na sexualidade, com tal utopia por uma dialética do prazer, por outro lado, defende-se que as minas da economia de uma sociedade capitalista, classista, fundada em diferentes formas de desigualdades, mesmo quando não explodem, reprimem, abortam a possibilidade de uma sexualidade comunicativa e colaboram para violências.

Na experiência cotidiana de cada um, a sexualidade não sempre conduz ao prazer, nem sequer ao terreno das fantasias. Muitas vezes é fonte de frustrações, angústias, culpabilidade, sofrimento e solidão (Duro, op. cit.). Sexualidade é campo de fértil manipulação por poderes. Uma das formas de repressão da sexualidade está no processo histórico, que toma sua forma de realização

mais acabada no capitalismo, com o esvaziamento do sentido criativo e lúdico do trabalho.

O trabalho de originalmente dionisíaco, fonte de prazer, de criação—uma das primeiras formas de trabalho foi fazer vinho, dançando, pisando as uvas—passa a ser sacrifício, algo imposto por outros, para sobrevivência. O produto passa a ser mais importante que o produtor. O indivíduo perde o sentido de propriedade de suas energias, do produto que saiu das suas mãos.

Com o regime de propriedade privada, a vida se orienta para a propriedade de bens e contra a apropriação de si pelo sujeito, apropriação apropriada do seu produto, do que se sente e diz, do seu trabalho, por quem trabalha (Duro, op.cit.)

As relações sexuais passam de formas de comunicação a serem vividas como formas de dominação do outro, mais comumente do homem sobre a mulher, sendo esse outro destituído de sua condição de sujeito ativo. Não ao azar, vários autores enfatizam, ao se referirem a violências contra as mulheres, ao caráter de objeto que essas assumem. Por exemplo, Alemany, em verbete sobre violências no “Dicionário crítico do feminismo”, conceitualiza violências contra a mulher, enfatizando danos corporificados nas mulheres, sujeitos objetificados:

As violências contra as mulheres englobam atos que nos ameaçam, que nos constroem ou nos forçam, que nos infligem quer na vida pública quer na vida privada, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com o sentido de intimidação, punição, humilhação, atingindo nossa integridade física e subjetividade. O sexismo, a pornografia, o abuso e o assédio sexual, e as violações, seriam algumas das múltiplas expressões sociais de violências contra as mulheres<sup>2</sup>

## Violências e mulheres jovens

O feminismo muito avançou no plano jurídico e político formal, em termos de visibilidade para violências naturalizadas, tidas como coisas de marido e mulher, por exemplo, ou do âmbito do privado. Mas se reconhece que ainda nesse campo são muitas as lacunas e, entre elas,

destaco as relações de gênero entre os jovens, e a falta de políticas educacionais que mexam com conteúdos curriculares e práticas tradicionais nas escolas<sup>3</sup>.

Graças a estudos de corte feminista, sabe-se por exemplo: que a cada hora, 7 mulheres são vitimadas em situações de violência doméstica no Brasil<sup>4</sup>; que vem ocorrendo um rejuvenescimento das mortes por complicações obstétricas diretas, sendo que em 1994, só na região Sudeste, do total de mulheres em idade reprodutiva que morreram por essas complicações, 12% tinham entre 15 e 19 anos; e que no Brasil cerca de 15% dos óbitos de mulheres entre 15 a 19 anos foram devido a abortos, quando em 1980, a cifra foi de 8%<sup>5</sup>.

A fecundidade entre as mulheres jovens, na faixa entre 15 a 19 anos vem crescendo com mais intensidade a partir dos anos 80. Algumas pesquisas defendem que tal crescimento se associaria a uma “ingenuidade biológica” ou desconhecimento do período de maior risco para a gravidez. Pesquisa quantitativa realizada entre 1989 e 1990 indicou que no Rio de Janeiro, em 58% dos casos, a primeira gravidez de jovens entre 15 a 19 anos não foi planejada e em quase 70% dos casos, no Rio de Janeiro, as jovens não usaram nenhum método anticoncepcional na primeira relação sexual<sup>6</sup>. Já outras pesquisas, de cunho mais antropológico, consideram que gravidez entre adolescentes não se associaria necessariamente à falta de conhecimento sobre métodos de controle de natalidade pela mulher; e que para muitas jovens, o corpo é uma fronteira de poder; e a gravidez um poder simbólico de múltiplos sentidos. O que no imaginário juvenil feminino representa seu corpo, o estar grávida é pouco explorado em termos de políticas educacionais preventivas ou de socialização quanto a gênero e sexualidade. Cerca da metade dos nascidos vivos de mães entre 15 a 19 anos, com a maior probabilidade vivem em famílias sem a presença do pai biológico. A gravidez entre adolescente tem um perfil social próprio: em 1996, mais da metade das adolescentes de 15 a 19 anos sem nenhum ano de escolaridade já tinham se tornado mães; já entre aquelas com 9 a 11 anos de escolaridade a proporção baixa para 4%. A taxa de fecundidade das jovens com mais baixo rendimento (menos de 1 salário mínimo) era de 128 por mil mulheres, entre as jovens com rendimentos mais altos (10 salários mínimos ou

mais), a taxa de fecundidade baixaria para 13 por mil.

A gravidez entre adolescentes é um tipo de violência contra a mulher jovem. São comuns os casos de mortalidade infantil e mortalidade materna associada a tal gravidez, considerada no mundo médico como de “risco” (quando a mãe tem menos de 16 anos—por associação com hipertensão, formação incompleta do aparelho reprodutivo e desnutrição, além de maior incidência de eclâmpsias, infecções urinárias e anemia, segundo Camarano, 1998). É também comum a interrupção dos estudos entre jovens mães.

Na mídia, a violência é gratificada, e o reconhecimento social da mulher, passa pela coisificação do seu corpo, em especial, se jovem. Então como pedir a jovens, em particular as que vivem em bairros pobres, dominadas por múltiplas violências, “desempoderadas”, sem perspectivas, que se recusem a serem tratadas como coisas, “cachorras” no pornofunk, quando o seu corpo é uma fronteira, a última, a única, de poder; o poder da sedução, ainda que seja um poder que a reduz a mais uma dominada, violentada?

O universo feminino juvenil, suas referências culturais, os sentidos de seus corpos são silenciados por uma educação tradicional ou por valores de uma “adulocracia” bem intencionada mas distante de tal universo. Os tempos são propícios para o desenvolvimento de um capital cultural político juvenil, com orientação feminista própria, para que as jovens sejam sujeitos políticos por seus direitos.

De fato, nestes tempos de reinvenção da esperança, com a eleição de um candidato das esquerdas, no Brasil, urge investir na configuração de movimentos sociais que conjuguem radicalidade crítica com proposição, pressão e acompanhamento de políticas, além de investimento na crítica cultural e política destes tempos, o que pede atenção sobre o estado de juventudes.

1. O termo “dialética do prazer” assim como muitas das idéias expostas nesta seção são extraídas do artigo de Enrique Gonzalez Duro “La Dialéctica del Placer”, in *El Viejo Topo*, n 41, fevereiro 1980 p 33-36  
 2. Alemany, Carme “Violences” In Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré e Senotier, Danièle (org.) “Dictionnaire Critique du Féminisme”. Paris, PUF, 2001, p 245-250  
 3. Ver Abramovay, Miriam e Rua, Maria das Graças “Violências nas Escolas”. Brasília, UNESCO, 2002; e Castro, Mary Garcia e Abramovay, Miriam “Drogas nas Escolas”, Brasília, UNESCO, 2002.  
 4. Dados in UBM-boletim pela internet 8 de março de 2002  
 5. In Berquó, Elza (org.) “Morbimortalidade Feminina no Brasil” Campinas, Ed da UNICAMP, 1999.  
 6. In Camarano, Ana Amélia “Fecundidade e Anticoncepção da População Jovem” In CNPD-Comissão Nacional de População e Desenvolvimento “Jovens acontecendo nas Trilhas de Políticas Públicas”, Brasília, CNPD/IPEA, 1998, p 109-134  
 Os dados sobre fecundidade entre jovens estão em Camarano (1998-op.cit.)

## Sugestão de Leitura

Revista Marcha Mulheres, Coordenação Brasileira de Marcha Mundial das Mulheres, São Paulo, jan/2002  
[www.sof.org.br/marchamulheres](http://www.sof.org.br/marchamulheres)

Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. MS, SASA, Brasília, 1997.



## Sugestão de atividades

- Pesquisar na grande imprensa fotos que relatam a violência sofrida pelas mulheres.
- Usar o texto para orientar um debate sobre situações de violência contra mulher.
- Convidar para uma palestra ou debate um representante da Delegacia da Mulher ou de alguma entidade de defesa dos direitos da mulher.



# Desenvolvimento social exclui população negra

Para os brancos brasileiros, padrão de vida é equivalente ao da Suíça; para os demais grupos, realidade é igual à da África

**S**e o Brasil já não aparece em posição privilegiada no IDH, Índice de Desenvolvimento Humano medido anualmente pelo PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o país guarda diferenças gritantes quando este indicador é medido de forma diferenciada entre as populações negra e branca. Estudo realizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1999, mostra resultados assustadores. Enquanto o Brasil figurava em 79º lugar no ranking do IDH daquele ano, o de sua população exclusivamente branca estaria em 49º, próximo ao da Suíça. Já o cálculo do índice limitado à população negra rebaixa o país para 108º lugar, semelhante aos países mais pobres da África. “Esses números mostram que a população afro-brasileira vive em condições quase subhumanas, um sinal de que alguém paga o preço da desigualdade”, analisa a assistente social Lúcia Xavier, administradora da ONG Criola, do movimento de mulheres negras.

Quando limitamos as estatísticas de raça no Brasil ao gênero, as evidências de discriminação tornam-se ainda mais gritantes e mostram um quadro desolador para a mulher negra brasileira. Em resumo, elas ganham menos dinheiro, vivem menos tempo do que os outros grupos da sociedade e estão mais de-

sempregadas, para citar alguns exemplos.

Números do Ministério do Trabalho mostram que o homem branco ganha quase cinco vezes mais do que a mulher negra: elas recebem, em média, 1,7 salários-mínimos, seguidas dos homens negros (2,9), das mulheres brancas (3,6) e dos homens brancos (6,3).

Em termos de esperança de vida são as estatísticas oficiais que denunciam: a mulher negra vive menos do que outros grupos da sociedade: 66 anos, em média, contra 71 anos para as mulheres brancas e 69 para os homens brancos. Só ganham dos homens ne-

gros, cuja média de vida é de 62 anos, porque também são as maiores vítimas da violência.

Tamanha distorção nada mais é do que a “combinação de múltiplas formas de asfixia social” sobre a população negra, excluída historicamente, segundo a filósofa Sueli Carneiro, coordenadora-executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra e representante da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras no recém-criado Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

## “É preciso reconhecer a desvantagem”

Única representante dos movimentos de mulheres negras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Sueli Carneiro acredita que, para que as políticas públicas sejam promotoras da igualdade de direitos, “é preciso reconhecer a desvantagem estrutural da mulher negra e focalizar os segmentos mais específicos”. Embora reconheça que o Conselho tem uma “agenda muito precisa” para este primeiro ano - as reformas previdenciária, tributária e trabalhista -, Sueli acha que as políticas governamentais não poderão deixar de priorizar as mulheres negras. Um exemplo, segundo ela, é aquilo que classifica como “o ápice da exclusão”: a mulher, negra, nordestina ou nortista, trabalhadora rural e chefe de família. “Essa mulher tem que ser objeto prioritário de políticas de doação de terras, por exemplo, assim como de qualquer outra política social”, diz.

Outro fator que “inquieta” Sueli é que, segundo as estatísticas, a maior parte da população negra está no mercado informal ou no desemprego. Por isso, é necessário uma atuação contundente do movimento de mulheres negras de imediato, enquanto se discute a reforma da Previdência. “É necessário que haja uma proposta suficientemente criativa da Previdência Social, que possa incluir esse segmento na informalidade”, sugere.

# Professoras negras: a estranha mania de ter fé na vida

Nilma Lina Gomes

**A** mulher negra professora que vi de perto me cativou pelas múltiplas faces que ela reflete, pelos conflitos de identidade em que tece sua condição de mulher e profissional. Vi, de perto, como outros a enxergam e como esses diversos olhares confundem o seu próprio olhar. Vi, também, que a pressão a que é submetida nem sempre consegue desfigurar sua auto-imagem. Sua consciência avança.

Essa percepção leva à construção de um determinado tipo de prática pedagógica e de atuação política. Nesse sentido, não podemos negar que a escola é uma das instituições sociais que interfere ao longo do processo de construção da identidade racial das professoras e alunas (os) negras (os) e brancas (os).

O processo de construção da identidade racial do negro brasileiro é marcado por lutas, ambigüidades, resistências e emoções. A trajetória escolar das professoras negras também. As entrevistas destacam o quanto a família, o círculo de amizades e os contatos com o Movimento Negro incidem na construção da identidade racial dessas professoras. A escola reproduz e repete um pensamento racista presente no nosso imaginário social, ela é também um espaço onde se dá a luta e a resistência da comunidade negra. A própria presença da mulher negra na educação escolar confirma essa premissa.

O desafio de construir uma auto-imagem positiva da mulher negra, em uma sociedade que a exclui e discrimina, é uma marca do processo de construção da identidade racial das professoras. Tarefa difícil, mas não impossível. Tarefa que não apaga a força e a dignidade dessas mulheres.

Esse processo desafiador e conflituoso nos revela que as professoras, de um modo geral, encontram-se despreparadas para lidar com a questão racial na escola. A opção é pelo silêncio e pelo ocultamento. No caso da professora negra, soma-se o desafio que este trabalho representa, pois remete à sua própria história de vida e às marcas deixadas pelas experiências com o racismo e a discriminação.

Os depoimentos das professoras nos mostram a difícil trajetória da mulher negra na sociedade brasileira para romper com o “lugar” a ela destinado pelo racismo. O peso do racismo é tão forte que negar a existência do preconceito e da discriminação racial torna-se uma forma de sobreviverem em meio a tantos conflitos e confrontos. O resultado deste trabalho sobre a realidade racial no Brasil nos mostra o quanto se faz contraditório que cursos de formação de professores continuem lançando, no mercado, profissionais pertencentes a segmentos étnico-raciais, que não debatem essa questão.

Os movimentos sociais e a comunidade negra exigem da escola a adoção de práticas pedagógicas que contribuam na superação da discriminação racial e de gênero. É necessário que os educadores compreendam que a luta pelo direito à igualdade social não apaga as diferenças co-raciais. E que o racismo não conseguiu apagar a dignidade dos sujeitos negros que, em meio a este processo ditador, continuam lutando pela sua identidade racial. É o que nos mostra a história das mulheres negras professoras que vi de perto.

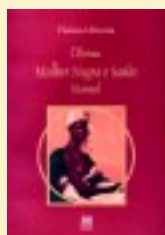
Texto extraído do Jornal da Apeoesp, março de 2001.

Interagindo

## Sugestão de leitura

OLIVEIRA, Fátima. Oficinas mulher negra e saúde. Belo Horizonte. Ed. Mazza, 1998

Identidade Feminina. In. Caderno Geledés 4. São Paulo: Geledés - Instituto da Mulher Negra, 1993



## Sugestão de atividades

- Pesquisar na grande imprensa e no cotidiano fatos sobre as discriminações sofridas pelas mulheres negras
- Usar texto e debater sobre preconceito racial e pesquisar na comunidade escolar, familiar e na sociedade qual é a condição de trabalho da mulher negra

# Educação reproduz sexismo

Como todos os outros espaços, a escola tende a repetir o padrão dominante da sociedade, que enaltece o masculino

**N**o início da redemocratização do país, o então presidente José Sarney dirigiu um de seus discursos aos “brasileiros e brasileiras”. Tal ousadia em ignorar a fórmula convencional da língua portuguesa, que manda todo plural que inclua os gêneros masculino e feminino concordar com o masculino, foi amplamente comentada, de forma até jocosa, pelos meios de comunicação em geral. Sarney teria sido de demagogo a populista, sem falar em pouco íntimo das sutilezas da língua.

Na época, meados dos anos 80, ainda era inusitado pensar em vê-lo sob o fardão da Academia Brasileira de Letras. Sim, porque o hoje presidente do Senado não cometeu nenhum erro. Ao contrário, foi politicamente correto ao falar em rede nacional sem reproduzir um dos piores vícios, sob a ótica do movimento feminista: o da linguagem sexista, que esconde o feminino. “Essa regra é produto de uma sociedade ainda androcêntrica”, diz a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Guacira Lopes Louro, 56 anos, que dedica suas pesquisas às relações de gênero na escola.

“Como todos os outros espaços sociais, a escola também é responsável pela produção de pedagogia de gênero de muitas formas, tendendo a reproduzir o padrão dominante na sociedade, que enaltece o masculino e abafa o feminino”, diz Guacira. A solução é a conscientização e a promoção de mudanças cotidianamente, sempre com a



Acabar com estereótipos que determinam papéis masculinos e femininos dentro da escola é um dos desafios dos educadores engajados na luta pela igualdade de direitos

ajuda dos maiores aliados dessa luta pela igualdade, que passa também, e principalmente, pela escola: os professores. As maneiras são sutis, mas possíveis. É só o educador se lembrar de trocar o plural masculino, que se refere a todos, pelo que inclui o feminino. Então, em vez de “os alunos que terminarem a lição podem ir para o recreio”, o correto seria a frase “meninos e meninas que terminarem a lição podem ir para o recreio”. Nas aulas, propriamente ditas, o trabalho é menos sutil. Como o homem é a referência natural dos exemplos citados, trata-se de resgatar as realizações das mulheres, em vez de só se referir às obras masculinas, aos grandes escritores e aos grandes heróis, por exemplo, mostrando a presença



da mulher na História, na Literatura e na Ciência, entre outras áreas. “Parece banal, mas é nesse pequenino mundo que se muda”, diz Guacira, que comemora a chegada deste tipo de mudança aos livros escolares e também aos professores.

“A escola está em profunda transformação, porque a sociedade também está se transformando muito rapidamente. Em função dos movimentos globais e feministas e também das minorias sexuais estas questões ganharam mais visibilidade”, diz a pesquisadora, autora do livro “Gênero, sexualidade e educação”, voltado para a formação de professores.

As mudanças estão cada vez mais visíveis, não somente com a tomada de consciência sobre a questão, que leva a uma reeducação dos profissionais, mas também com exemplos na vida prática. Hoje a professora dos ensinos médio e fundamental nem de longe remete à figura clássica da normalista sonhadora e romântica, da qual se esperava entrega completa e produzia nos alunos uma espécie de identificação como sua ‘mãe espiritual’. “Aquela professorinha é hoje uma trabalhadora, sindicalizada, chefe de família, que reivindica, decide, está ligada às questões políticas e está longe de ser passiva”, compara Guacira. Além disso, num terreno antes quase que exclusivo das mulheres os homens também estão se fazendo presentes, com um aumento na presença masculina nas aulas do ensino médio.

## Homens na cozinha das escolas



Juçara Vieira, presidente da CNTE: “ Não basta trabalhar os conteúdos. É preciso fazer com que eles contribuam para construção de uma verdadeira democracia

A questão do gênero na linguagem é tão séria, para os profissionais que lidam com o assunto, que já resultou na modificação de um edital que convocava para concurso público, no Rio Grande do Sul. Inconformada com o texto do edital, que chamava apenas “merendeiras” para se candidatar, a presidente da CNTE e do Cpers/Sindicato, Juçara Dutra Vieira, propôs sua modificação, que passou a convocar “merendeiros e merendeiras”. “Homens na cozinha das escolas – ou mulheres como vigia – deveria ser absolutamente normal”, afirma Juçara.

Ela também lembra que, a despeito da iniciativa do governo federal em inserir os chamados conteúdos “transversais”, inclusive os relativos a educação ambiental e a gênero, nos currículos escolares, os comportamentos ainda não mudaram significativamente: “crianças continuam jogando papel no chão, existem filas separadas por sexo e as brincadeiras também continuam diferenciadas”.

Embora a educadora reconheça que os problemas relativos a gênero vêm de fora da escola, essa discussão tem que adentrar seus portões, para que ela possa se transformar. Por isso, agora, mais do que nunca, esta pauta tem que estar também dentro dos sindicatos. “Não adianta só trabalhar com os conteúdos transversais, é preciso cuidar para que eles não permaneçam ‘tangenciais’ e promovam a real democratização da escola”.

A questão não é fácil de ser trabalhada, uma vez que não existem estudos sobre as marcas semânticas específicas da escola na cristalização das desigualdades. Nesse sentido, a CNTE tem um papel de provocadora e formuladora de propostas. Outro enfoque possível é o levantamento setorial de problemas de gênero, por exemplo, junto às trabalhadoras na agricultura, operárias ou pescadoras de caranguejo. A partir daí, então, associar os conteúdos econômicos, políticos e sociais ao trabalho dos profissionais da educação.



# O gênero na escola

Raquel Felau Guisoni\*

**A** escola reproduz as distinções, desigualdades e as diferenças de gênero. Nem sempre percebemos esta realidade, e até mesmo cometemos o agravante de (re) produzir as discriminações contra a mulher. Isto acontece também na família, no trabalho, na igreja, na política, no sindicato, enfim, em toda sociedade de classes.

Muitas vezes estas atitudes e ações discriminatórias de gênero, raça, etnia e classe passam a ser, de certa forma, entendidas como “naturais”, para as quais damos pouca atenção. O “natural” passa por “normal” e, assim, praticamos e concordamos com esta realidade, sem nenhuma consciência crítica.

Nossa intenção é questionar, problematizar e analisar alguns aspectos, tanto da política educacional como sobre o cotidiano escolar, e portanto compartilhar inquietações, na perspectiva de estarmos atentos à nossa realidade escolar com a convicção de que é possível mudar, transformar, combatendo todas as formas de opressão, exploração e discriminação.

A instituição escolar no Brasil era, inicialmente, apenas para alguns - homens e ricos - foi sendo modificada - e precisa continuar avançando na perspectiva de garantir escola pública, gratuita, laica, unitária para todos, desde a educação infantil até a universidade. - Portanto, temos que ter uma política educacional que, de fato, contemple esta proposta, visando uma educação democrática, uma educação não sexista.

Quanto ao cotidiano escolar, é preciso que nós, profissionais de educação, analisemos quais são nossas concepções de “ser mulher” e “ser homem” e quais concepções ensinamos. Somos (re) produtores das discriminações e desigualdades entre os sexos ou assumimos a luta por uma educação não sexista?

Hoje temos a co-educação, que substituiu as escolas masculinas e femininas. Mas há igualdade entre os gêneros na instituição escolar?

Analise algumas indagações: Notamos que no interior das escolas convivem meninos e meninas?

Por que os meninos precisam de maior espaço?

Por que as filas são separadas e a escolha de brinquedos e jogos é diferenciada segundo o sexo?

Como é tratada a sexualidade na escola e por que a educação é considerada área de atuação feminina?

Nos livros didáticos há estereótipos, a língua portuguesa é sexista?

É de se esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão “características” de cada gênero?

É verdade que os meninos são mais agitados?

Por que aulas separadas na educação física?

Se analisarmos estas questões e outras, constatamos que não há igualdade entre os gêneros na instituição escolar. Precisamos questionar não só o que ensinamos mas como ensinamos e que sentido nossas alunas e nossos alunos dão ao que aprendem.

É necessário problematizar as teorias que orientam nosso trabalho. Precisamos estar atentos para a nossa linguagem procurando perceber a discriminação de gênero/racismo/classe. Precisamos desconfiar do que é tomado como natural, perceber também o que está oculto, o não dito, aquilo que é silenciado.

A participação da escola, na construção de sujeitos femininos e masculinos, está relacionada com a concepção da sociedade. Nossa atuação deve ser na escola e também na sociedade. Entendemos que a escola não é só local de (re) produção como também lugar de conflitos e confrontos, envolvendo todos que atuam na escola e que podem questionar, criticar, rejeitar suas práticas numa perspectiva de resistência e mudanças para uma educação não sexista.

\* Secretaria de Relações de Gênero da CNTE  
Secretaria de Formação do SINPEEM - Comissão Nacional da mulher trabalhadora - CNMT - CUT

Interagindo

## Sugestão de leitura:

CASTRO, Mary G, ABRAMOVAY, Miriam, Gênero e Meio Ambiente, E. Cortez, Brasília, DF: UNESCO: UNICEF, 1997.

LOPES, Gracira L. Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista, Ed. Vozes, CNTE

CNTE, Gênero e Educação, Série Cadernos de Educação, nº 4, 1996.



## Sugestão de atividades:

- Observar na sua escola que situações demonstram tratamento diferenciado entre alunos e alunas e proponha alternativas.
- Promover entre o corpo docente, uma discussão sobre as relações e os estereótipos de Gênero e o papel da escola como agente promotor da educação não-sexista.

*Emília Fernandes*, secretária especial de política para as mulheres

## A mulher forte do governo

Titular da pasta enfatiza que sua atuação será provocadora. Uma das principais metas é conter o uso do corpo feminino na publicidade



Emília Fernandes dirige a secretaria que se reportará diretamente à Presidência da República, o que mostra vontade do governo de ampliar os espaços políticos da mulher

**R** eformular o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, esvaziado politicamente durante toda a década de 90, encaminhar propostas que contemplem a noção de “governabilidade de gênero” para a elaboração do próximo plano plurianual (PPA) do governo, que definirá as metas para 2004-2007. Além disso, criar, de imediato, em parceria com o Ministério da Saúde, um serviço de “disque-mulher”, com informações sobre atendimento médico e hospitais e delegacias de atendimento à mulher, para casos de violência doméstica. Esses são apenas os primeiros passos que a secretária Especial de Políticas para as Mulheres, a gaúcha

Emília Fernandes, pretende dar à frente da pasta, que nasceu em 2002, vinculada ao Ministério da Justiça, mas que no governo Luiz Inácio Lula da Silva responderá diretamente ao presidente da República.

A ministra enfatiza o caráter formulador de sua pasta. “Eu costumo dizer provocador”, brinca. Provocação é o que não vai faltar: Emília pretende agir, em conjunto com outras instâncias de governo, contra a publicidade de bebidas alcoólicas que exploram o corpo feminino: “Isso também é uma forma de violência, nós não podemos admitir isso”.



**Mátria** - O Conselho passou por um longo período de esvaziamento político, no início dos anos 90, do qual não chegou a se recuperar, mesmo durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Essa reformulação é em função disso?

Emília Fernandes - O Conselho prestou grandes contribuições, mas precisa passar por esta transformação. Ele era o único órgão em nível federal para atuar nas questões relacionadas aos direitos da mulher. Ele nasceu com autonomia financeira, mas deixou de ter. Dentro dessa reestruturação, nós teremos que definir, claramente, quais serão as competências do Conselho e da Secretaria. Anteriormente, havia um órgão só, único. Hoje, com a Secretaria, precisam ser definidas quais as competências de um e de outro. A Secretaria é um órgão de governo que é o formulador, dá assessoria, faz a transversalidade de gênero, inclusive por dentro do próprio governo e para fora, com os parceiros institucionais. O Conselho é formado por pessoas da sociedade e do governo que teriam a responsabilidade de construir os temas, os debates. É um espaço, também, formulador. A diferença é que quem planeja, executa e propõe é a Secretaria. Então, estamos fazendo um estudo com um grupo de trabalho no qual há representação da secretaria e da sociedade. Vamos fazer um grande debate com os movimentos sociais. O grupo é composto por três mulheres representativas da luta, Maria Bethânia Ávila, Enedi Backes e Vera Lúcia Soares; uma do atual Conselho, Maria Vanete de Almeida, e três da nossa Secretaria: Maria Laula Sales Pinheiro, Conceição de Maria Nascimento Souza e Marlise Maria Fernandes.

**Mátria** - Vai ser criada então uma nova legislação? E quais são os projetos que gostaria de ver transformados em lei?

Emília Fernandes - Sim, haverá uma nova legislação a esse respeito. Além das nossas competências nós estabelecemos metas para o ano de 2003, que são as metas da Secretaria, construídas coletivamente, com a participação, sempre, da sociedade e do movimento de mulheres. Lógico que nós colocamos duas metas que são praticamente estruturais: a reestruturação do conselho e também a discussão e encaminhamento das nossas propostas para a elaboração do próximo plano plurianual (2004-

2007), que tem que estar no Congresso até agosto, onde nós já vamos fazer um trabalho de construção dessa política de governabilidade com a questão de gênero. Será o grande desafio para os próximos anos. Porque esta Secretaria é articuladora, propositora. Então ela chama, é a que tem que construir por dentro dos outros ministérios as políticas para as mulheres. Nós não temos a tarefa de ser um espaço executor, nós somos articuladoras, nós propomos, avaliamos. A outra meta será o enfrentamento à violência, que é um objetivo que perseguimos muito fortemente, pois os índices são alarmantes, principalmente, de violência doméstica. Essa ação terá como viés o combate à exploração sexual de meninas e jovens. Nós entraremos também nessa parceria com o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos, tentando construir essa política, para trabalhar especificamente a exploração das meninas, adolescentes e mulheres. É lógico, então, que

estaremos presentes e muito atuantes, até porque fazemos parte do Conselho de Segurança Alimentar, do programa Fome Zero. A este propósito, uma de nossas metas é fazer com que todas as ações levem em conta a parcela significativa de mulheres que compõem o povo brasileiro, e que, em última instância, estão na linha de frente da pobreza. Temos uma atenção especial para as

mulheres chefes de família, no que diz respeito à questão da educação, da alfabetização, das políticas agrárias e agrícolas. Queremos que tenham sempre essa observação e esse compromisso com as políticas de gênero.

**Mátria** - A campanha de prevenção à Aids lançada no Carnaval, pelo Ministério da Saúde, voltada para as adolescentes, já é uma decorrência dessa transversalidade?

Emília Fernandes - Sim, claro, tivemos audiências sobre isso. Inclusive, um próximo desafio que vamos construir conjuntamente é retirar as mulheres da propaganda de bebida alcoólica. Estamos modelando, junto com o setor da comunicação, uma abordagem para a questão da pornografia; a superexposição da mulher, de seu corpo, associado a produtos. Isso também é uma forma de violência, nós não podemos admitir isso. Existe também a questão do turismo sexual. Não podemos vender o Brasil, que tem tantas coisas maravilhosas, mostrando que

*Com a eleição de Lula, tornou-se realidade o compromisso de discutir questões de gênero dentro do governo*

só há meninas ou mulheres aqui; isso é um desrespeito à mulher. Esta é a forma de nossa atuação: lidar com todos os assuntos, tentando implementar coisas positivas para valorizar e respeitar a mulher; diminuir a violência. Vamos atuar também junto às mulheres trabalhadoras rurais, as indígenas, a mulher negra. Nós sabemos que, se a mulher já é discriminada, a negra é duplamente, e, se for pobre, mais ainda; a mulher no mercado de trabalho, por sua vez, também é vítima de discriminação. É uma gama de assuntos, não existe um tema só. Por exemplo, se estamos formulando programas de apoio à permanência da criança na escola, e em uma família na qual o governo federal chegar houver uma mulher analfabeta, ela não poderá continuar nessa situação. Essa é a forma de se levar cidadania a todos.

**Mátria** - O que já está acontecendo de fato em termos de transversalidade no trabalho da Secretaria?

Emília Fernandes - Já tivemos duas reuniões ministeriais nas quais a questão da transversalidade de gênero foi abordada junto aos ministros. Estamos em contato permanente com todos os ministérios, realizando essa discussão. Hoje, temos um convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), para formular uma proposta de governabilidade com corte de gênero. Estamos em processo de discussão e vamos abraçar para a sociedade, por meio de audiências públicas e câmaras temáticas. Algumas ações já estão se concretizando, como a idéia do disque-saúde da mulher, que será ação concreta da transversalidade da Secretaria junto ao Ministério da Saúde.

**Mátria** - Em termos de equipamentos públicos para auxiliar a questão da divisão das responsabilidades familiares, creches, centros de recreação. Essas iniciativas têm que aumentar no âmbito público, não é?

Emília Fernandes - A questão das creches é fundamental, mas temos a consciência de que o setor público sozinho nunca vai ter condições de manter o número necessário. É preciso lembrar que a nossa constituição também obriga as empresas privadas a manter creches, então queremos que elas façam a sua parte e ofereçam esses espaços. Agora, com o programa Fome Zero, uma das

primeiras iniciativas nesse aspecto foi a ampliação do valor da merenda-dia, por criança, que era 0,06 centavo na educação infantil e 0,13 no ensino fundamental; esses valores foram iguados. É fundamental que se faça isso, mas também é preciso despertar essa consciência de que a questão das creches tem que ser uma responsabilidade da família, da sociedade e do governo.

**Mátria** - Os cortes governamentais anunciados no início de fevereiro prejudicaram muito os projetos de sua pasta?

Emília Fernandes - O critério foi único, valeu para todos, ou seja, essa cota de sacrifício que foi solicitada ao povo brasileiro também está sendo solicitada às mulheres, e nós estamos respondendo. O básico é que, dentro das nossas competências, se nós conseguirmos avançar – e é aí que está esse trabalho de transversalidade, de apoio, de parcerias – essas dificuldades podem ser superadas.

**Mátria** - Embora o assunto ainda esteja sendo debatido, quais seriam as principais ações em termos de governabilidade de gênero, na sua concepção?

Emília Fernandes – Temos que construir as ações coletivamente, mas existem temas que devemos atacar de uma forma mais direta, como as questões da educação, saúde, combate à violência, qualificação para o trabalho e geração de renda.

**Mátria** - Em relação à questão da saúde, já deu tempo de a senhora ter noção da situação atual?

Emília Fernandes - Nós temos os dados, lógico, mas os problemas da falta de atendimento à saúde da mulher, principalmente os relacionados à violência, são quase que generalizados. Em muitas partes do mundo, temos esse enfrentamento. No caso da gravidez precoce, por exemplo, temos que dar a informação de que a responsabilidade é dos homens e das mulheres, mas as meninas precisam ter essa convicção muito clara, porque elas acabam sendo as vítimas da desinformação. Isso tudo tem reflexo na saúde, seja física ou psicológica. O estupro ainda é um tabu, as mulheres temem fazer as denúncias, às vezes não têm idéia nem de que para fazer esse tipo de encaminhamento, para um processo criminal, é exigido um prazo legal. Isso demonstra que há muita desinformação.

Neste primeiro ano, faremos um amplo trabalho de coleta de dados. A mulher precisa saber quais são seus direitos

## 8 de março marca lutas das mulheres por seus direitos

**8** de março é a data oficial das manifestações feministas em todo o mundo desde 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) comemorou o Ano Internacional da Mulher e toda a década seguinte como a década da mulher. A iniciativa foi uma consequência da participação das mulheres nas guerras e lutas pela descolonização da África. Foram 55 anos de espera desde que a alemã Clara Zetkin (foto) propôs, num congresso de mulheres socialistas em Copenhague, que o movimento tivesse um marco.

A data remete à tragédia que ocorrera no início do século numa fábrica de tecidos americana, em que operárias morreram queimadas em decorrência dos protestos que faziam durante uma greve. “O movimento feminista surgiu, no início do século passado, dentro do movimento operário, e ganhou força depois da Segunda Guerra Mundial, com a substituição de homens por mulheres no processo produtivo”, explica Clara Charf. No Brasil a data começou a ser comemorada logo depois do fim da guerra, por iniciativa da educadora Alice Tibiriçá, que chegou a propôr a idéia ao parlamento. Enfrentou um período de clandestinidade durante o regime militar e só voltou à tona em 1979, quatro anos depois de sua institucionalização em nível mundial.



Clara Zetkin, lutadora pelos direitos da mulher. Num congresso do Partido Socialista em Copenhague em 1910, propôs numa data para homenagear o trabalho e a luta das mulheres no mundo

## CALENDÁRIO

Essas são as datas definidas pela CUT nas quais a luta das mulheres por igualdade de direitos se insere na ação sindical e política

**8 de março:** Dia Internacional da Mulher

**21 de março:** Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial

**7 de abril:** Dia Mundial da Saúde

**27 de abril:** Dia da Empregada Doméstica

**1º de maio:** Dia do Trabalho

**13 de maio:** Dia de Denúncia contra o Racismo

**28 de maio:** Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher

**5 de junho:** Dia Mundial do Meio Ambiente

**10 de junho:** Dia da Raça

**28 de junho:** Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico

**25 de julho:** Dia do/a trabalhador/a rural

**12 de agosto:** Dia Nacional de Luta contra a impunidade (assassinato de Margarida Alves)

**28 de setembro:** Dia de Ação pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe

**12 de outubro:** Dia Nacional de Luta por Creche

**17 de outubro:** Marcha Mundial das Mulheres

**28 de outubro:** Dia do/a servidor/a público/a

**20 de novembro:** Dia Nacional de Consciência Negra

**25 de novembro:** Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher

**1º de dezembro:** Dia Mundial de Luta contra a AIDS



## Filmes

A cor púrpura  
 A excêntrica família de Antonia  
 A hora da estrela  
 Bagdá Café  
 Camille Claudel  
 Carlota Joaquina  
 Cenas de um casamento  
 Lanternas Vermelhas  
 Nunca sem minha filha  
 O clube das desquitadas  
 O clube de felicidade e de sorte  
 O Filho da Noiva  
 O que é isso companheiro?  
 Pagu  
 Pele, o conquistador  
 Que bom te ver viva  
 Rosa Luxemburgo  
 Shirley Valentine  
 Thelma e Louise  
 Tomates Verdes Fritos



## Atividades

Elaborar projetos pedagógicos e ou incluir no projeto político pedagógico da escola a questão de gênero

Planejar atividades com o alunado, a comunidade e os profissionais de educação sobre a diferentes datas relacionadas com as lutas e ou problemas das mulheres

Baseado na leitura de textos fazer o debate : No cotidiano, usamos a linguagem sexista?

Pesquisar como aparece o sexismo na cultura brasileira: na música, na poesia, nos filmes, na literatura, nos conteúdos didáticos refletindo criticamente com o alunado.

Analisar os textos didáticos, procurando observar se a representação dos personagens masculinos e femininos exprime uma imagem verdadeira ou preconceituosa do homem e da mulher na sociedade.

Analisar os livros, principalmente os da literatura infanto-juvenil, com o mesmo espírito crítico.

## Sites



[www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)  
[www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)  
[www.redemulher.org.br](http://www.redemulher.org.br)  
[www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)  
[www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)  
[www.mulheresnegras.org](http://www.mulheresnegras.org)  
[www.geledes.com.br](http://www.geledes.com.br)  
[www.redesaude.org.br](http://www.redesaude.org.br)

## Livros

5º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, Caderno de Resoluções da CUT/CNMT 12 a 14/jun/2000.

Ação sindical e as relações de gênero, abr 1998 n 11 . Textos para debate internacional,CUT/CFDT

A mulher negra no mercado de trabalho. In: Revista Estudos Feministas. IFCS/UFRJ & PPCCIS/UERJ. Rio de Janeiro v3. n.2 p. 479-488, 1995

Dicionário de mulheres do Brasil, Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro

Equidade de gênero nas negociações coletivas: cláusulas relativas ao trabalho da mulher no Brasil. Pesquisa Dieese n 13, nov/1997.

Jornal da Rede Feminista de Saúde, [www.redesaude.org.br](http://www.redesaude.org.br)

Mapa das questões de gênero. CUT/CGT/Força Sindical/Dieese maio, 1999.

O que fazem e o que pensam as mulheres brasileiras. Revista Teoria e debate, n.50, Fundação Perseu Abramo, fev/mar/abr-2002

BELLOTTI, Elena Gianinni . Educar para a submissão: o descondicional da mulher. 2ª edição. Ed. Vozes, 1979.

CARNEIRO, Sueli Gênero Ráça e Ascensão Social. In: Revista Estudos Feministas. IFCS/UFRJ & PPPCCIS/UERJ. Rio de Janeiro, v.3 n.2 p.454-552, 1995

FARIA, Nalu, NOBRE, Miriam, AUAD, Daniela e CARVALHO, Marília. Gênero e Educação. Cadernos Sempreviva.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não.: cartas a quem ousa ensinar. Ed. Olho D'água. São Paulo, 1993.

SAFIOTTI, Heleieth, A mulher na sociedade de classes. Ed. Vozes, 1976.

SUPLICY, Marta. De Mariazinha a Maria. Ed. Vozes, Petrópolis, 1987